



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 19

Sessão ordinária de Setembro

5.ª Reunião de 19-10-1998

Aos dezanove dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Álvaro Patrício do Bem, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Libério da Silva Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl, e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas anteriores, apresentados pelos Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Libério da Silva Santos, Lucas Amaro Rodrigues, Luís Miguel Capão Filipe, Élio Manuel Delgado da Maia, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Presidente da Mesa:

“No desenvolvimento do que tinha sido anunciado, a Mesa foi hoje (um bocado tarde justificadamente pelo meu impedimento de subir os degraus do Paço Episcopal e depois porque o Sr. Bispo esteve de férias), apresentar cumprimentos a Sua Excelência o Bispo de Aveiro. Foram apresentados os cumprimentos formais e depois estivemos a conversar.

O Sr. Bispo é um homem muito interessante e culto. Conhece bem Aveiro e está enquadrado na nossa maneira de ser. Fez referências interessantes e lisonjeiras à Assembleia Municipal, não foi exactamente ao desenvolvimento dos trabalhos, mas foi à instituição.

Depois falámos sumariamente sobre a Regionalização, não cheguei a perceber qual o sentido de voto dele, mas fui fazendo a minha campanha muito discreta como podem calcular e retirei-me sempre com medo de que ele pudesse fazer alguma piada devido à morosidade dos trabalhos, (contra o que eu tinha de reagir, necessariamente). Em

suma, tirando a “blag” foi um encontro interessante e penso que foi bem pensado essa cerimónia que cobre duas áreas não políticas - a Universidade e o Bispado. Acho que a Assembleia tinha obrigação deste gesto formal e penso que também se faz democracia assim.”

Deu entrada na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Dando continuidade à agenda de trabalhos da Sessão Ordinária de Setembro, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão da Assembleia o seguinte ponto:

PONTO N.º 7 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - QUADRO DE PESSOAL - ALTERAÇÃO

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 10-08-98, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo)

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa noite a todos. Esta proposta da alteração do quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados, visa sobre tudo corresponder à necessidade de adaptar a prática de serviço que estava instituído às exigências legais, nomeadamente dos “agentes únicos” porque têm responsabilidade de conduzir os autocarros, de terem como todos os outros trabalhadores, duas folgas semanais; é uma situação que durante algum tempo criou alguma tensão. De facto era muito difícil articular este direito com as escalas e com os horários. Assim, a única possibilidade de facto de corresponder inteiramente a este direito é o aumento do Quadro. Além disso, estamos a aumentar a frota de autocarros e no futuro, a nossa visão de evolução dos transportes em Aveiro, vai no sentido de um reforço dos transportes públicos e, portanto, desde já se prevê a necessidade de virem a ser utilizados mais “agentes únicos”. Estamos a falar e é esse o grosso da coluna na proposta que é apresentada de 29 “agentes únicos” e outros funcionários, associados ao sector dos transportes e da mobilidade. A estas alterações apresentadas no Quadro de Pessoal, com as 50 vagas, tem um custo estimado de sessenta e seis mil oitocentos e quinze contos. É claro que esta alteração ao Quadro não implica a imediata contratação de todas estas vagas que são agora abertas, vão sendo preenchidas à medida das necessidades. É com estas características, que eu submetia a aprovação e alteração do Quadro, à Assembleia Municipal.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Fernando Vieira Ferreira

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente, a bancada do CDS/PP, considera que o aumento do Quadro dos Serviços Municipalizados de Aveiro, será com certeza uma medida correctiva de certeza acertada. Mas levanta-nos uma grande angústia, enquanto eu pessoalmente transmiti para a minha bancada o conhecimento que tenho desta casa.

Havendo um aumento de despesa com pessoal, é lógico que haverá menos dinheiro disponível para pagar aos fornecedores e para pagar o défice de exploração dos transportes e assegurar os investimentos para o cumprimento do Plano de Actividades. Para que esta bancada possa votar favoravelmente, perguntava ao Sr. Presidente se assume formalmente nesta Assembleia o compromisso de transferir para os Serviços Municipalizados, os necessários subsídios de investimento e exploração, a fim de evitar

a asfixia financeira. Naquela casa fazem-se autênticos milagres de tesouraria. Portanto Sr. Presidente, não basta louvar as chefias e os seus técnicos. Aos meios humanos desta casa, deve ser reconhecido todo o esforço que têm vindo a desenvolver todos estes anos para a valorização dos diversos sectores, que só será possível continuar assim, com as transferências atempadas da Câmara. Portanto, o nosso voto favorável passa por um compromisso do Sr. Presidente: não deixar asfixiar financeiramente aqueles Serviços.”

Vogal António Salavessa:

“Tendo em conta as palavras do Sr. Presidente e tendo também em conta, que em sessões anteriores ficou aqui demonstrado, que o problema que se passa entre a Câmara e os Serviços não é apenas a não transferência, é também o pagamento de serviços que os Serviços prestam à Câmara, nomeadamente transportes escolares e outros tipos de serviços, que não foram pagos em situações anteriores e que devem ser pagos. Enfim, ficou demonstrado nessa Sessão que há um financiamento à Câmara Municipal por parte dos Serviços Municipalizados. Portanto a correcção desta situação permite avançar e a aposta que é feita neste alargamento do Quadro, não visa uma sobrecarga administrativa, mas sim, os aspectos mais ou menos operativos que tem a ver com a qualidade do serviço que é prestado, nomeadamente na área de transportes, que é uma área que precisa desse investimento. E aproveito a oportunidade, para sugerir aos Serviços de criar ligações irregulares, que tenham em conta determinados fluxos que acontecem na nossa cidade e que podem ser apurados através de inquérito, nomeadamente a saída e a chegada dos estudantes Universitários. Penso que um inquérito na Universidade, poderia definir movimentos pontuais de tráfego. Este é um exemplo que eu conheço. Esta aposta deve, em minha opinião, merecer o apoio desta Assembleia, daí que pré-anúncio, voto a favor desta proposta.”

Vogal Raúl Martins:

“Só para um aspecto formal. Esta proposta vem com base num despacho do Conselho de Administração dos Serviços, diz “visto”. Era só para dizer que “visto” não se põe num despacho, excepto obviamente, quando ele é para arquivar. O mais correcto seria “concordo”. “visto” em termos de Administração Pública, não é despacho que se veja.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Só para dizer que devem ser dados os meios humanos e a organização que a Câmara achar mais pertinente, para levar a cabo as suas funções. Por isso a nossa bancada vai votar favoravelmente.”

Presidente da Mesa:

“Em relação às transferências e há preocupação do Sr. Eng. Maia, é uma observação de toda a pertinência. Eu penso que a Câmara não tem cumprido atempadamente essas transferências porque ela própria teve enormes dificuldades de liquidez e de facto isso causa transtorno aos Serviços Municipalizados. Mas temos vindo a proceder aos pagamentos dos tais serviços prestados, nomeadamente os transportes escolares. Portanto, eu gostava de lhe poder assegurar aqui que vou cumprir escrupulosamente a data da transferência, mas infelizmente a liquidez da Câmara tem ensinado, que não permite o cumprimento escrupuloso desses prazos. Mas a situação tende a melhorar e, portanto, nós estamos empenhados na medida em que for de facto possível, efectuar essas transferências, para que a situação nos Serviços seja normalizada. Como sabe os transportes são uma área tradicionalmente deficitária, ao contrário da

água e portanto, nós estamos cientes que estas transferências são fundamentais para conseguir que a exploração se faça em condições normais. E numa área em que está em causa a segurança das pessoas, julgamos que é importante não só estar atento a essas transferências, como também dar boas condições de trabalho aos “agentes únicos”, que são pessoas a quem se exige um grande desempenho profissional, uma concentração total, porque qualquer acidente com um autocarro daqueles, tem sempre consequências que podem ser perigosas para as pessoas. Portanto, achámos que era o momento de apaziguar os ânimos e restituir esse equilíbrio psicológico aos trabalhadores, que estavam de facto sobre tensão.

Em relação às ligações irregulares para os estudantes. Foi também uma ideia que tivemos ocasião de expressar logo no início do mandato ao Sr. Eng. Canas. Já temos os estudos da TECNEP, que nos vão permitir agora obter os fluxos de partidas e chegadas dos estudantes e, portanto, isso está a ser equacionado; será posto em prática a breve prazo.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação do plenário o ponto n.º 7 da ordem de trabalhos, Serviços Municipalizados - Quadro de Pessoal - Alteração, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade (11PS+7PSD+7PP+1PCP)

PONTO N.º 8 - ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE AVEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 33/98, DE 18 DE JULHO.

Presidente da Mesa:

“Devo dizer que esta matéria foi agendada a pedido do Vereador Domingos Cerqueira, eu agendei, mas devo dizer que esta Lei, é uma Lei com um grande buraco, o que acontece com frequência na nossa democracia. Aqui o problema tinha sido fácil tornear com uma norma transitória, porque há uma série de disposições que pressupõe a existência de um regulamento (artigo 5.º alínea I e J). No artigo 6.º diz que a assembleia municipal elabora e aprova o regulamento provisório, que envia a título consultivo ao Conselho. Ora este Conselho que analisa o regulamento, não existe. Porque o Conselho tem composição descrita no artigo 5.º e portanto, é um círculo vicioso que tinha sido fácil tornear (e nós vamos aqui inventar essa disposição se não se importarem), com uma norma que dissesse: para efeitos do n.º 2 do artigo 6.º funciona apenas com os seus membros previstos nas alíneas A a G do n.º 1 do artigo 5.º. Tudo bem, porque o Conselho que aprova o regulamento onde se decidirá nomeadamente, a composição final do próprio conselho, sem esta norma, em bom rigor, não tem competência para aprovar coisa nenhuma. Portanto, é este o drama jurídico que vos proponho. Penso que é uma maneira de sair disto. Portanto, penso que podemos eleger uma comissão ad hoc, que sem texto de base, mas com informações que colha e alguma imaginação faça um regulamento provisório, que aprovado por nós, será remetido ao Conselho provisoriamente instalado (são estes membros até à alínea G inclusive). E depois voltamos a aprovar, já então em título definitivo, o Regulamento do Conselho (que nós próprios, Assembleia, teremos de eleger até vinte cidadãos). Se ninguém arguir a nulidade desta engenharia, há um momento em que o Conselho passa a estar legalizado e em termos de poder funcionar. Penso que não é nenhuma violência democrática suprimos essa lacuna da Lei. Mas sobre isto queria ouvir os membros da Assembleia, sobre a constituição e respectiva composição, duma comissão da Assembleia Municipal, que haja de elaborar esse regulamento provisório.”

Deram entrada na sala os Vogais Victor Manuel da Silva Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Luís Miguel Capão Filipe e Dinis Marques.

Vogal Dinis Correia:

“A bancada do CDS/PP, concorda genericamente com a proposta que o Sr. Presidente da Assembleia fez, porque de facto estamos perante um “buraco”. Portanto, nós entendemos que deve ser criada uma comissão ad hoc para elaboração do regulamento provisório. E depois o Sr. Presidente da Câmara, que de acordo com esta Lei, preside a esse conselho, irá apreciar esse relatório provisório com os elementos que por inerência vão constituir esta comissão. Mas repare Sr. Presidente, a alínea D diz que integram este conselho os presidentes das juntas de freguesias, em número a afixar pela Assembleia Municipal. E o que eu ia propor é que os fixemos já. Depois os outros elementos que constam das outras alíneas serão a nível de regulamento provisório.”

Presidente da Mesa:

“É exacto isso, mas também podemos ultrapassar uma dificuldade, é que os presidentes das juntas de freguesias serão fixados em número, mas não em espécie. Isto é, nós temos de dizer são X presidentes. A Assembleia só pode dizer o número de presidentes, depois se são todos ou alguns, não sei quem é que pode decidir isso; pode ser o regulamento, não sei. Eu antecipo já que devem ser todos os presidentes de junta. Por uma razão muito singela que é: tem aqui muita gente e às tantas pode-se perder o controle político deste órgão.”

Vogal João Barbosa:

“Era para falar também nos presidentes de junta. Era para que fosse fixado o número de presidentes de junta para fazer parte deste conselho, para depois se poderem juntar e escolherem entre eles os que fariam parte do conselho. Se não forem todos.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Era só para dizer que me parece, que para ser eficiente um conselho deste tipo, tem de ter uma boa articulação, nomeadamente com as juntas de freguesia. Se sucede algo que exige de facto uma intervenção deste tipo, é importante que os presidentes de junta estejam presentes e de todos os presidentes de junta. Portanto, eu aconselharia que todos os presidentes de junta fizessem parte deste conselho.”

Vogal António Salavessa:

“Eu estou de acordo com a forma como o problema que existe na Lei, pode ser contornado, por proposta do Sr. Presidente. Estou de acordo com a proposta da comissão e acho que a questão do número dos presidentes de junta de freguesia, seria um dos assuntos a ver na comissão, embora seja objecto depois de uma proposta autónoma à Assembleia. Mas tendo em conta que esta comissão vai fazer propostas em relação a outros números, deve pelo menos assentar nos seus trabalhos alguns princípios que levem a apontar para números elevados ou números baixos e não separava destes trabalhos, a fixação do número de presidentes de junta de freguesia. Embora me pareça à partida tão legítimo o argumento do Prof. Britaldo Rodrigues, como outra perspectiva. Penso que é uma questão que tem de ser apurada com a discussão.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, usarei a palavra apenas para na generalidade subscrever as sempre pertinentes e acutilantes observações de V. Ex.^a. De facto o diploma é farto em incongruências (não gosto de utilizar o termo buracos). Eu apenas em relação a esta questão sugeriria, uma vez que não é nossa competência corrigir algumas incongruências legais, já que é o próprio legislador a indicar o número máximo de 20 elementos no que refere aos cidadãos com reconhecida idoneidade, sendo o número de presidentes de junta deste concelho de 14, eu não vejo sinceramente justificação para cercear qualquer participação de presidente de junta nesta comissão. A criar esta comissão penso que desde já poderia ser fixado o número de 14 presidentes, até porque isso permite desde já ir ao encontro da ideia avançada por V. Ex.^a, ou seja, que até à linha G, ficasse já fechado o número de elementos do conselho municipal de segurança.”

Presidente da Mesa:

“Eu proponho que se forme uma comissão eventual. Há uma tradição de que seja um ou dois membros de cada bancada e portanto, digam como é que querem. Se forem dois membros um pode ser presidente de junta; talvez tenha vantagem, não sei!”

Continuando, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a constituição de uma Comissão eventual, composta por dois membros do PS, dois do PSD, dois do PP e um do PCP, para elaboração do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Aveiro, sendo a mesma aprovada por unanimidade. (12PS+9PSD+9PP+1PCP).

PONTO N.º 9 - REABILITAÇÃO, DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DA ‘PATEIRA DE REQUEIXO’

Vogal Branco Pontes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sobre a dragagem da Pateira o problema arrasta-se há vários anos. As juntas de freguesias ribeirinhas desde 1991 até 1996, fizeram várias reuniões nas suas freguesias sempre com o interesse de defender a Pateira. Na última reunião que foi feita, esteve presente o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, o Presidente da Câmara de Águeda, um representante da Associação de Municípios da Ria, um representante da Associação de Municípios Bairrada/Vouga e os Presidentes de Junta das freguesias ribeirinhas com a Pateira. Falou-se de facto do assunto da Pateira, o Secretário de Estado disse que em princípio ia avançar com despoluição do rio Cértima e que na Pateira ainda havia que fazer estudos da dragagem!

Eu não entendi muito bem porque é que ainda havia estudos a fazer, se nessa altura já havia um concurso feito pela Associação de Municípios da Ria para esta última fase.

Em Dezembro, os Serviços de Ambiente de Coimbra fizeram uma reunião com os agricultores de Requeixo e outra com os de Fermentelos, apresentando um projecto de como iriam ficar os terrenos e os caminhos, depois das lamas postas nos terrenos agrícolas e pedindo autorização para esse efeito. Foi-nos garantido que a obra ia avançar, mas até hoje não houve mais resposta sobre isso. Também soubemos que havia disponível uma verba de 500 mil contos para essa obra, mas não soubemos mais nada. Soubemos também, que quando foi para avançar esta 2ª fase, que havia um qualquer acordo com as Câmaras Municipais ribeirinhas, em que teriam de entrar com 25% do custo da obra. O que se passa com as outras câmaras não sei, a Câmara de

Aveiro abriu no Plano de Actividades, nos dois últimos anos, uma verba para o efeito. No respeitante à dragagem, pensamos nós, que ela tem que ser feita. E tem muito interesse mesmo, porque se nós não fecharmos a água na ponte, na saída do rio Cértima, a Pateira acaba por secar. A zona que não é dragada, seca. Há um desnível de meio metro onde se tapa a água, para manter um nível na Pateira que cubra as lamas. Todos os anos a Freguesia de Fermentelos nos pede para fecharmos a água, que é um serviço que é feito pela Junta de Freguesia de Requeixo, com as máquinas da Câmara. Os Serviços da Hidráulica do Mondego nunca participaram esse trabalho. Autorizam-nos mas nunca participam com nada. Há necessidade de construir um dique para controlar as águas e servir de passagem. Agora, pedia ao Sr. Presidente da Câmara, que é também Presidente da Associação de Municípios da Ria, que nos diga em que situação está a obra e quem será o “dono” da obra. Porque se for de novo a Associação de Municípios Bairrada/Vouga a liderar o processo, acontece como aconteceu com a Câmara de Águeda, que fez o trabalho no concelho de Águeda e não o fez no concelho de Aveiro. Esperamos que não aconteça o mesmo desta vez. Pedia de facto ao Sr. Presidente, para pressionar e defender a “nossa” Pateira. Nós não temos Zona Industrial na nossa freguesia, porque sempre se defendeu o turismo e que seria de facto a defesa das nossas populações, mas sem estas obras não é possível. Penso até, se quando se pensou a Pista de Remo a mesma não deveria ser instalada na Pateira, porque servia os quatro concelhos. Preocupa-me bastante, também, a qualidade das águas da Pateira. Gostava que o Sr. Presidente me respondesse como é que está a ser feito o saneamento da Zona Industrial de Mamodeiro e onde esta a ser despejado. Queria ainda fazer um pedido ao Sr. Presidente, lembrado os 25 moliceiros para a Ria. Nós também temos tradição da apanha de moliço na Pateira, queria pedir ao menos 10 bateiras moliceiras também. De maneira que deixava o pedido ao Sr. Presidente, que nos beneficia-se também, com as bateiras moliceiras. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Queria pedir um esclarecimento que é o seguinte: a Pateira pertence ao território de 4 concelhos; em que percentagem (mais ou menos)?”

Vogal Branco Pontes:

“A parte maior é de Águeda, que apanha as freguesias de Óis da Ribeira, Fermentelos e Espinhel; a parte de Aveiro é só a freguesia de Requeixo; a parte de Oliveira do Bairro é também uma pequena ponta ao fundo que é Perrães.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal Raúl Martins:

“Era só perguntar, se no caso de ser dragada a Pateira de Requeixo, as águas em termos de Pateira não poderiam ser prolongadas até Nariz?”

Vogal Branco Pontes:

“Não. Porque aquele lençol de água que existe, quando está cheia alta, incide só até à Igreja de Sampaio, Requeixo. Toda aquela zona a Poente, são terrenos privados. Portanto não sei até que ponto podia ser viável. Mas o Ambiente também não quer mexer com essa zona, porque quer criar uma reserva ecológica.”

Presidente da Mesa:

“Eu gosto muito da Pateira. E já lá se fizeram provas de remo, mas enfim... talvez

tivesse sido um solução.”

Vogal António Salavessa:

“Eu esperava, quando este assunto foi objecto de agendamento, que houvesse alguma proposta de resolução acerca destes problemas que são reais. Se há uma proposta de resolução eu lembro os aspectos formais que já aqui foram várias vezes invocados. É que devia acompanhar a convocatória com os dez dias de antecedência. É que não é nuns casos de uma maneira e noutros casos de outra maneira. Eu não queria entrar aqui em regionalismos, mas eu acho que a Ria é conhecida por Ria de Aveiro e não se chama Ria da Murtosa, na Murtosa, nem Ria de Ílhavo, em Ílhavo, e de facto não me parece correcto que a Pateira que é conhecida em todo País como de Fermentelos, seja tratada aqui como de Requeixo. Esta é uma questão meramente secundária. Queria aqui agradecer ao Sr. Branco Pontes, não é assunto desconhecido, mas houve aqui alguns elementos novos da sua exposição, que contribuíram para informar e para dar uma perspectiva diferente. Queria agradecer ao CDS/PP o facto, de ter trazido aqui um problema efectivo da nossa região, um problema que ultrapassa vários concelhos. Um problema para o qual os vários concelhos não tem sabido dar resposta e o Poder Central não tem tido a afeição necessária; um problema que pode ser resolvido com a Autarquia - Região Administrativa. Este é um dos exemplos claros para o que faz falta a Região Administrativa. É o exemplo claro de mostrar a necessidade da Autarquia superior ao Município.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Não há dúvida nenhuma que a Pateira é um bem para Requeixo, que enfim, tem as suas limitações de desenvolvimento e é um bem que temos obrigação de valorizar ao máximo. Mas é também evidente que, ao encararmos a situação da Pateira, toda a solução que não tenha uma perspectiva integrada é evidente que não resulta. E, olhando para a Pateira verificamos que tem várias fontes de poluição. Por exemplo, do Cértima vem poluição de Sangalhos, de Oliveira do Bairro, de Anadia; por outro lado o parque Industrial de N.S.ª de Fátima também drena através da ribeira do Pano alguma poluição para a zona. E sabemos que estes níveis de poluição são importantes antes de se processar qualquer intervenção na Pateira. É altura para perguntar: quando se faz um estudo sério desta poluição? É que se diz que aquelas zonas industriais não poluem muito. E este aspecto qualitativo da questão não me parece razoável. Portanto, há que integrar este estudo se queremos fazer uma proposta concreta e esta da poluição, é absolutamente importante e é global. Aliás, sei que existe um trabalho dos municípios da Bairrada/Vouga, sobre a problemática do saneamento básico, talvez fosse de se ir lá buscar e verificar o que é que se diz sobre isso.

Integrando esta problemática da acção, eu lembro-me que, o Prof. Rosa Pires integrou há tempos a Assembleia de Freguesia de Fermentelos e segundo ele me informou, dinamizou 5 freguesias para a elaboração de um projecto comum. Esse projecto foi discutido, houve acordo, e não foi até aí fim porque tendo sido apresentado à Associação de Municípios da Ria, alguém acabou por inviabilizar, porque também queria para a sua zona algo de semelhante (julgo estar relacionado com a barrinha de Esmoriz). Existiu de facto, um estudo integrado para se fazer qualquer coisa e não avançou. Por outro lado, tanto quanto eu sei, existe um projecto integrado de dragagem na Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais. Também me disseram que não avançou ainda porque os estudos não são adequados, isto é, não

foram feitas o número de sondagens adequadas para avaliar a profundidade dos lodos e de outros materiais passíveis de dragagem. Então, é caso para perguntar: quando é que acabam com isso?

Depois, chamo a atenção, que devemos encarar ali três aspectos - é o espelho de água, é a zona húmida e é a orla da Pateira. Tudo isso são realidades que tem de ser estudadas e a solução tem de ser bem integrada. O espelho de água e a zona húmida (algumas pessoas já me informaram) só por si, valeria a pena considerar este conjunto para uma área importante, para quem se queira dedicar à formação ambiental. Aí está, que ao pensarmos uma reorganização da Pateira, ter atenção que há ali zonas que poderiam servir de paradigma para estudos e para formação ambiental. Depois temos a orla da Pateira. É bem que também aí se integre o trabalho, para às tantas termos 5 freguesias com 5 parques de campismo por exemplo ou coisas parecidas. Só para dizer que, aprecio o que aqui foi apresentado, para nos preocuparmos sobre isso e, da nossa parte, damos todo o apoio para que seja possível para esta perspectiva integrada. E, do ponto de vista político e do ponto de vista técnico, apoiaremos tudo o que se possa fazer a favor da Pateira.”

Entrou na sala o Vogal João Pires da Rosa.

Vogal Gaspar Albino:

“Obrigado Sr. Presidente. Meus Senhores eu nasci numa terra de água! A “nossa” terra é uma terra de água. E, a Pateira de Fermentelos que vai ganhando nomes consoante a freguesia que se arroga dela; e por isso, tão somente, foi aqui chamada de Pateira de Requeixo, porque nos diz respeito a nós do concelho de Aveiro. A verdade é que a Pateira é, como qualquer outra zona húmida da nossa região, é como se fosse uma Senhora - é sensível. E a verdade é que ela tem sido tratada com muita insensibilidade; que o digam os homens da Hidráulica do Mondego que mandaram nela durante muito tempo e mal mandado.

Parece-me que nesta altura já será a Direcção Geral de Ambiente e de Recursos Naturais, sediada na Av. Dr. Lourenço Peixinho, com a proximidade ou a distância que eu não sei definir. Mas a grande verdade é que quando se pensa na Ria, pensa-se que as suas margens deveriam ser municipalizadas; quando se pensa na Pateira cada freguesia chama a si o seu bocado. E perde-se a noção de conjunto. Estamos na zona do Baixo Vouga lagunar; temos um Cértima (que foi cantado pelo padre Acúrcio) que aguenta aquela Pateira, que vai passar pelo Rio Águeda e que depois vai parar ao Rio Vouga. Mas é toda uma indefinição. Já ouvi dizer que a Ria de Aveiro tem 18 amantes, não sei quantos amantes terá a Pateira de Fermentelos. Terá tantos a mandar sobre ela? Não terá tantos. Mas para mim e julgo que o Presidente de Junta de Requeixo quis dizer isso mesmo, é que não se sabe bem quem manda ali, e não se sabe bem quem estuda, e não se sabe bem quem pode apresentar soluções ali. E eu não posso continuar à espera de que seja a Hidráulica do Mondego que venha ressuscitadamente recuperar o problema da Pateira. Não sei até que ponto uma municipalização daquele interesse seria possível! É difícil. Mais, eu não sei de quem é a titularidade daquela Pateira. Tenho dúvidas se não será até de uma entidade privada. Seria um problema grave. Mas a verdade é que aquilo é um património público, porque não tem dono, porque não se sente que seja tratado com unidade aquele bem que é um património de todos nós em termos ambientais, de futuro turístico, de tudo isso. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, eu estava aqui muito desejoso que votássemos tudo muito depressa e

mantive-me calado, porque hoje aqui numa estação de rádio da nossa cidade, fui apelidado de “perigoso terrorista”.

Também eu apoio o Sr. Branco Pontes, e todos nós nos devemos preocupar com a Pateira de Requeixo. Há pouco o Sr. Gaspar Albino dizia que esta era uma terra de água, com a sua paixão pela Ria, mas eu tenho que dizer: o concelho é a terra de água, mas também é a terra de campo. E eu gosto dos dois. Tenho muito orgulho da nossa Ria, falo dela em todos os lados, mas gosto muito do nosso campo e obviamente gosto muito da nossa Pateira. Há uns anos falava-se muito nesta Assembleia, que nós estávamos de costas para a nossa Ria (há-de haver aqui quem se recorde de isso) e eu digo: estávamos de costas para a Ria e muito de costas para a Pateira de Requeixo. Sempre estivemos de costas para a Pateira; e é lamentável Sr. Presidente. Se reparar a Pateira de Requeixo tem uma exposição solar excepcional, protegida dos ventos dominantes naquela sua rampa suave que desce até ao espelho de água, e na altura eu sugeri ao Dr. Girão: olhe dê um salto em frente e traga para aqui uma infra-estrutura desportiva de qualidade que capte os homens da massa. Construa-se um campo de golfe, junto à Pateira de Requeixo. Ele sorriu, mas eu fiquei com a minha. E agora, lanço de novo o repto Sr. Presidente da Câmara (o Sr. que tem vistas largas), era um sítio excelente para se construir um campo de golfe no concelho de Aveiro; belíssimo. Onde poderiam ser instaladas infra-estruturas hoteleiras de qualidade, para um turismo de lazer, de descanso, para pessoas endinheiradas como me parece são as pessoas que habitualmente frequentam esse desporto. Mas para além das soluções referidas de ordem ambiental, também esta era uma solução excelente, e penso que altamente prestigiante para o concelho de Aveiro.”

Presidente da Mesa:

“Sobre isso de Aveiro estar de costas voltadas para a Ria, no outro dia falava com um homem do urbanismo e referia-me à transposição da variante para o outro lado. E ele dizia-me: “isso é interessante”; mas ele tinha uma perspectiva totalmente diferente. Dizia-me “a cidade tem que se virar para a Ria” e ser feito um estudo urbanístico de como é que se expandia a cidade, dentro dos limites da ecologia. Um estudo bem pensado de como virar a cidade para a Ria e de expandir a cidade para a Ria antes de passar a variante. Penso que não há incompatibilidade.

Mas já agora eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara, para assumir o compromisso solene de que vai promover um estudo de virar a cidade para a Ria.”

Vogal Raúl Martins:

“Eu queria aqui agradecer ao Sr. Branco Pontes, de ter trazido este assunto a esta Assembleia, basicamente por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar porque traz o problema de uma zona que é lindíssima. Eu Pessoalmente sou amante daquela zona e quando estou mais cansado ou preciso de descansar um pouco, vou passar um bocado atrás do cemitério e encher as vistas com aquela panorâmica. E da última vez que lá estive, vi que alindaram aquela zona e estavam já a abrir a rua paralela ao cemitério da parte da Pateira, espero que a Junta faça isso bem.

Agora, sempre julguei, porque eu conheci aquilo, que do canal da Pateira até ao parque de merendas existia uma vala que estava aberta, neste momento a canísia apoderou-se daquilo. Seria bom que essa vala fosse aberta e na continuação dessa vala, que depois passaria por baixo da “ponte do pano” e depois passaria para o lado de Nariz, seria óptimo que fosse aberta essa vala, para se poder ir ao menos de bateira até ao parque de merendas de Requeixo. No entanto fiquei muito triste, porque naquela

zona envolvente, nomeadamente na avenida que vai ao largo da Igreja, estão a construir casas sem qualquer critério e aquelas casas estão a meio da construção com um ar perfeitamente abandonado, a estragar aquela paisagem que é tão bonita. Quem não conhece, eu recomendo a ida àquela zona da Pateira. Penso que é a zona mais bonita da Pateira, é a vista que se desfruta das traseiras do cemitério de Requeixo.

Em segundo lugar, queria agradecer-lhe ter trazido cá esse problema, porque demonstrou à evidência nesta Assembleia, as vantagens da Regionalização. Isto é, de uma Autarquia com uma escala superior à dos municípios e pelos vistos às Associações de Municípios, que neste caso não conseguiram resolver o problema. Há duas Associações de Municípios, nomeadamente a AMRia e a Associação de Municípios da Bairrada/Vouga, que não conseguem resolver o problema. Como diz o Sr. Presidente da Junta e muito bem, ninguém sabe exactamente quem manda, quem é o dono do projecto. E não se sabe porquê? Porque, obviamente não há um Poder Autárquico neste País, precisamente para resolver problemas de Ordenamento de Território, como o caso da Pateira de Fermentelos, que necessita de uma visão integrada de toda a zona húmida do baixo Vouga e inclusivamente com a zona lagunar. Obviamente, para quem defende o reforço do Poder dos municípios ou que os municípios conseguem resolver os seus problemas, se se associarem em Associações para tal, obviamente esse é um dos problemas, que de acordo com a situação actualmente existente, não se consegue resolver. Daí, eu agradecer ao prof. Britaldo Rodrigues todos os argumentos que aqui teceu em favor da Regionalização. É óbvio, que é um homem de ciência, tem deste assunto uma perspectiva integrada e é óbvio que tendo essa perspectiva, sentido que os poderes autárquicos actualmente existentes, não conseguem resolver este tipo de problemas, só poderá obviamente (às escondidas do seu Partido), votar Sim no referendo da Regionalização. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Antes de mais, gostaria de dizer que este é um assunto que muito nos apraz ver falado e discutido nesta Assembleia. É de há anos um assunto premente do nosso concelho, é também de há anos um assunto esquecido ou metido na gaveta. Isto no sentir das populações de Requeixo, isto no sentir mais lato, obviamente das populações do concelho que desfrutam daquela zona. Mas é um assunto também metido na gaveta. Eu relembro que já em 23 de Fevereiro de 1991, numa reunião entre os Presidentes de Junta das freguesias limítrofes com a Pateira, se dizia o seguinte: que as diligências recentes, que a Associação de Remo da Beira Litoral têm vindo a desenvolver no sentido de concretizar a criação da Pista de Remo e desde já, organizar algumas provas, são a prova mais eloquente da reclamação justa, desses Presidentes de Junta, para a construção de uma Pista de Remo na Pateira de Fermentelos, incluindo a zona de Aveiro, concretamente a Pateira de Requeixo. Sabe o Sr. Presidente da Mesa e bem, que naquela Pateira já se organizaram provas de Remo. E sabemos nós também, que aquele é um recinto com condições naturais ímpares, para a prática daquele desporto. Acontece, que o actual Executivo optou (sendo essa uma promessa eleitoral) construir a pista de Remo no rio Novo do Príncipe. Mas já questionado nesta Assembleia por mim próprio e por esta bancada, o Sr. Presidente da Câmara reconheceu não ter conhecimento do teor de salinidade das águas do Príncipe. O Sr. Presidente da Mesa esclareceu-nos que o problema da salinidade já estava resolvido, porque se iria construir uma Pista de Remo paralela ao Rio e portanto, obviava-se que a salinidade fosse um óbice para a prática deste desporto com a degradação dos equipamentos. Portanto, a opção foi o Rio Novo do Príncipe. Não deixamos de esquecer, que a opção não tomada pela Pateira de Requeixo, que se nos afigurava muito mais lógica, porque

muito menos dispendiosa e com muito mais condições se podia praticar este desporto. No entanto, assumo-se também a legitimidade da promessa eleitoral do Dr. Alberto Souto, que agora tenta concretizar.

Eu relembro também, que já em 1991 havia estudos geológicos para a dragagem, projectos de deposição das lamas e dos moliços nos terrenos subjacentes ou adjacentes. Ou seja, de 1991 a 1993 decorreram todos estes estudos, sobre a directa responsabilidade da Hidráulica do Mondego, que produziram um projecto claro de dragagem da Pateira; segundo o qual se fez a dragagem da área respeitante a Fermentelos. Ora bem, a área respeitante ao concelho de Aveiro - Requeixo - ficou mais uma vez na gaveta, não porque as Associações de municípios não tivessem capacidade de reclamar o que era justo. Eu recorro, que no número 226 da III série do Diário da República de 25/9/93, a AMRia abriu concurso público para adjudicação, para a empreitada de dragagem da Pateira de Fermentelos, segunda fase, zona A. É esta zona de que estamos a falar e o concurso foi aberto. Como o Sr. Presidente da Câmara, é também o Presidente da AMRia, deverá saber, que o concurso foi aberto. Mas a partir daí mais nada se soube. Há ofícios regulares da AMRia desde 30/05/95, à Direcção Geral do Ambiente e dos Recursos Naturais, queixando-se da falta de interesse depositado nesta obra, nesta segunda fase, que culminam com um memorando solicitando a execução do projecto e a valorização da Pateira de Fermentelos. Isto é em 1995. Estamos há três anos à espera que a entidade que tutela este assunto disponibilize verba. Entretanto foram aqui metidas dicas acerca da Regionalização, mas eu digo-vos, é exactamente por isto que nós não queremos Regionalização. Porque enquanto Associações de Municípios reconhecidas como competentes e foram-no, no caso da despoluição da Ria de Aveiro e foram-no, em relação à Pateira de Requeixo. Porque o projecto foi apresentado a tempo e horas, mas foi metido na gaveta pelo Poder Central. Enquanto for introduzido ruído na comunicação directa, entre uma Entidade interessada (que representa os Municípios) e o órgão do Poder Central, enquanto esta comunicação directa não funcionar, como é que alguém me pode dizer que criando um degrau intermédio sem poder de decisão, nomeadamente quanto à afectação de fundos comunitários a obras deste teor (e portanto não venham para aqui com falácias), não me digam que não seria mais inócuo, mais impropriedade este processo. O que é importante que diga aqui, é que não foi, nem é nossa intenção, pegar num tema que é querido às populações deste concelho, a quem nós reconhecemos toda a competência para lutar pelo que é seu, não se misture questões de politiquice barata, de oportunidade algo duvidosa. Porque o que se trata aqui, é de pedir a esta Assembleia que se pronuncie favoravelmente, a que seja aberta a discussão deste assunto, que a Câmara Municipal de Aveiro faça todos os esforços que estiverem ao seu alcance para que este assunto seja de novo trazido para a ribalta, mas todos de boa fé, com Regionalização ou sem Regionalização. O que interessa neste momento a nós do PP, é que a Pateira de Requeixo seja reabilitada. E terminava, anunciando que a bancada do PP vai fazer entrega na Mesa de uma Moção e uma Recomendação à Câmara Municipal:

Moção

A Pateira de Requeixo é um acidente geográfico da nossa região de terras de água.

Vulnerável pela sua natureza, tendencialmente converter-se-á em pântano, se o homem não intervier. Tudo o que se fizer para a sua vivificação é pouco, pois que a Pateira de Requeixo faz parte do nosso Património Paisagístico, Ambiental e Turístico que se não deve deixar morrer.

É um bem que, devidamente recuperado e mantido, servirá o nosso Turismo, como privilegiado local de lazer e como reduto por excelência da prática de desportos

náuticos ou aquáticos. Pelo exposto, entendeu esta Assembleia por bem manifestar:

- 1) O seu total apoio a todas as acções que tendam a recuperar, preservar e valorizar este nosso tão valioso património ambiental.
- 2) A sua firme convicção e a sua clara intenção de pugnar, por todos os meios ao seu alcance, para que a Pateira de Requeixo não caia no esquecimento de quem tem o dever dela se lembrar e por ela se interessar.

Recomendação

A Assembleia Municipal de Aveiro, na 5.ª reunião da Sessão ordinária de Setembro de 1998, vem por este meio recomendar à Câmara Municipal de Aveiro o seguinte:

- 1) Que o Executivo envide todos os esforços junto das entidades competentes para que o desassoreamento e reabilitação da Pateira de Fermentelos seja uma realidade a curto prazo, na zona ou área pertencente ao Concelho de Aveiro, Freguesia de Requeixo, dando aliás seguimento a um processo cujo início remonta já ao ano de 1993, com a abertura do concurso público publicado na III série do Diário da República n.º 226 de 25/9/1993.
- 2) Que o Presidente da C.M. de Aveiro, na sua qualidade dupla de Presidente da Associação de Municípios da Ria (aliás, entidade promotora do já referido concurso público) procure, no âmbito da referida Associação, retomar o processo e desbloquear uma situação penalizadora e a todos os títulos lamentável.
- 3) Que se conjuguem todos os esforços para que, com o objectivo de encontrar uma solução a curto prazo, todas as entidades envolvidas encontrem um consenso e uma plataforma de entendimento que permita a rápida “Reabilitação, Desassoreamento e dragagem da Pateira de Requeixo.”

Presidente da Mesa:

“Posso testemunhar que a Pateira de Requeixo (ou de Fermentelos, como quiserem) tem pelo menos tão boas condições para a prática do Remo, como tem a lagoa de Óbidos, onde já foi feito um Campeonato Internacional.

Quanto à salinidade no Rio Novo do Príncipe, eu não disse exactamente que a pista será lateral. Sei que há propostas nesse sentido.

Quanto à história da Regionalização. Bem... eu penso que o Sr. Deputado Soares Machado e eu próprio estaremos na Assembleia Regional. Não!? ... então o PP não elege pelo menos um?! Acho que sim.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Em relação a esta Moção do PP, em termos gerais posso começar por dizer que concordo, mas é de certa maneira difícil apreender todos os conceitos tidos na Moção, para poder ter uma opinião mais avalizada. Mas o que é um facto, é que há o interesse e há uma preocupação de reabilitação da Pateira e mais que da Pateira, de todas as zonas ribeirinhas. Agora, que isso conduza ao turismo como diz a Moção, penso que vai um percurso longo, que as anteriores Câmaras não souberam corresponder. Não acredito que se consiga corresponder com a mentalidade que nós temos em relação à recuperação das nossas zonas e ao usufruto que nós queremos ter delas.

Tudo começa porque os Aveirenses ainda não conhecem o seu Concelho, principalmente a zona do Concelho a que pertencem estas zonas ribeirinhas. Quase ninguém conhece, porque está degradado, o parque de Requeixo, por exemplo. Uma zona muito agradável e nem sequer um bar de apoio, aquela zona tem. Quem diz de Requeixo, diz de todas as outras. Estou a lembrar-me por exemplo das “roulottes” que estão na zona ribeirinha de N. S. de Fátima a vender lá umas bifanas, até à zona do

parque de Eirol, passando pelo parque da Balsa, muito bem situado, mas que os Aveirenses vão conhecendo mais ou menos. E podia enumerar por aí a diante. Isto para dizer, que nós não sabemos rentabilizar da melhor maneira os bons recursos naturais que nós temos. Não sabemos. Num outro País qualquer de certeza que estava rentabilizado. Porque eu penso que tudo isto que foi dito é possível de conciliar. Nós podemos conciliar a agricultura com o desassoreamento, com a prática desportiva, com o turismo, nós podemos conciliar tudo, mas vamos é criar condições para isso. Vamos é criar zonas integradas. Vamos integrar os diferentes parques ribeirinhos que temos, vamos dotá-los de infra-estruturas, vamos chamar os Aveirenses para os visitarem. Mas vamos criar-lhes condições e que seja agradável de os ver e que haja actividades que se possam realizar nesses parques. Não é só chegar ao parque, pronto está visto, não há aqui mais nada para fazer a não ser uns barcos no fundo do rio, como acontece muitas vezes.

Desde que haja vontade podemos realizar no nosso Concelho, nos recursos naturais que temos, coisas de muito interesse. E o desassoreamento da Pateira aqui referida pode englobar-se perfeitamente entre o rural e o turístico. Isto independentemente de ser preciso Regionalização ou não, porque isso é um falso problema. Os problemas são resolvidos pelos concelhos e pelas populações desde que os queiram resolver. Se os municípios que integram a zona ribeirinha da Pateira de Fermentelos quisessem resolver o problema já o tinham resolvido, o que acontece é que estes municípios andam de costas voltadas. E o facto de andarem de costas voltadas é tão simples como isto: nem o mesmo nome chamamos à Pateira. Isto quer dizer que os municípios não se entendem, nem se querem entender e para mim é isso que está mal. Por isso não vamos aqui apelar à Regionalização, que a Regionalização não vai resolver coisa nenhuma. Por isso haja vontade Sr. Presidente, que nós estamos aqui para o apoiar. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Só um pedido de esclarecimento. Foi aqui dito que os Executivos anteriores não souberam conduzir o processo. Primeiro, pergunto se sabe a quem competia conduzir o processo? Segundo, se se lembra quem era o Presidente da Associação de Municípios da Ria na altura? Recordo, que estou a falar de alguém que era Presidente de uma Câmara Municipal, hoje Socialista; na altura Social Democrata. E pergunto também se se lembra porque motivo o desassoreamento da Pateira de Requeixo, nesta segunda fase, não foi avante? Eu lembro-lhe. É que havia na altura o compromisso eleitoral desse Sr. Presidente de Câmara em desassorear a barrinha de Esmoriz. E recordo-lhe que a barrinha de Esmoriz foi realmente desassoreada e a Pateira de Requeixo, com projecto aprovado, com estudos aprovados, teve o concurso público metido na gaveta até às eleições de 1993, que culminou com a derrota do PSD em Ovar.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Só queria dizer, que já na altura em que foi criada a Associação de Municípios da Ria, eu defendi aqui nesta Assembleia (ainda o Sr. Deputado Diogo Machado não estava cá), eu defendi, com o Dr. Girão Pereira na altura, que a presidência da Associação de Municípios da Ria, devia ser da Câmara de Aveiro, fosse ela de que partido fosse. Porque Aveiro é central em todo este processo. É natural que havendo Presidentes de Câmara de outros municípios, é claro que começa a haver tendência de puxar mais para um lado ou para outro. Aveiro é central em relação à Ria e isso quer dizer que as políticas devem ser centralizadas; não por causa do interesse, mas da importância que Aveiro poderá ter em gerir toda a área lagunar, em que Aveiro é o

centro. Isso é importantíssimo e acho que se tivéssemos tido em conta isso desde o princípio, se calhar hoje, tanto a barrinha de Esmoriz estava desassoreada, mas não estava no estado degradado que está, como se calhar toda a Pateira de Fermentelos estaria nas condições de nós a podermos usufruir, de a ter cá muito próximo do nosso Concelho, aliás banhando o nosso Concelho.”

Vogal Branco Pontes:

“Só para explicar o motivo porque vem a Pateira de Requeixo. Não tinha jeito estar a falar da Pateira de Fermentelos, na Assembleia Municipal que é do Concelho de Aveiro. Por isso temos de falar da Pateira de Requeixo, que está ligada à Pateira de Fermentelos. O limite do Concelho e da Freguesia de Requeixo, passa ao meio da Pateira.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É o seguinte, só agora tive oportunidade de ler a Recomendação e a Moção apresentadas, só ouvir não chegou para mim. E aqui na Recomendação, devo dizer que o primeiro ponto me deixa dúvidas e até gostava de ser esclarecido. Fala «que o Executivo envide todos os esforços junto das entidades competentes para que o desassoreamento e reabilitação da Pateira de Fermentelos seja uma realidade a curto prazo, na zona ou área pertencente ao Concelho de Aveiro, Freguesia de Requeixo, dando aliás seguimento a um processo cujo início remonta já ao ano de 1993...» eu percebo que por razões de Requeixo estar inserida na área Concelho de Aveiro, se tenha de escrever assim, não se pode pedir que a Câmara de Aveiro vá ter intervenções em freguesias que não são as suas. Mas sobre o ponto de vista da integração, eu não vejo nada razoável ir desassorear um bocado da Pateira e outro não, até porque não funciona, facilmente seria assoreada outra vez. Portanto, mais a defesa de que esta Câmara se movimente no sentido do que diz o ponto 3 (conjugação esforços) para que isso se consiga de uma forma global. Agora, este primeiro ponto parece-me que limita e que não é razoável. Bem, mas isto era a primeira parte depois queria o resto.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Só para esclarecer. No nosso entender tinha toda a pertinência assim ser, porque o concurso público que está aberto é exactamente para a segunda fase da dragagem. Ou seja, é exactamente para essa área pertencente ao concelho de Aveiro. A outra foi dragada já.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Só para dizer, que no que diz respeito ao que sucedeu e que o Sr. Diogo Machado referiu novamente, esta problemática de se ter estudado, pondo de acordo várias freguesias no sentido de resolver o problema da Pateira e depois isto ter acabado por ser inviabilizado devido à acção de alguém com interesse em Esmoriz, leva de facto à conclusão que é necessário um Poder Central forte e que eventualmente a Regionalização não é nada adequada. Por outro lado, parece-me que o PS e o PCP, com a pressa de terminarem o negócio da Regionalização, acabou por dar cabo de uma hipótese séria de Regionalização que poderia existir. Ao fim e ao cabo a proposta é infundada, inconsequente e espremendo-a bem, dali saí apenas um mapa discutível e tudo o resto é um tiro no escuro. Nesta proposta de Regionalização ainda ninguém me explicou nem o quê, nem o porquê, e para quê. Dada esta situação e como diz o Dr. Raúl Martins, diz ele que devido à minha formação profissional e tomo-lhe a palavra, a

minha formação profissional e dadas todas estas situações, é evidente que terei de votar NÃO, a esta Regionalização.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Uma interpelação à Mesa. É o seguinte Sr. Presidente; se a Mesa entender por bem e esta Assembleia também, a bancada do PP, retira imediatamente a Moção e a Recomendação em discussão. Porque claramente, não queremos misturar um assunto de importância para o Concelho, que trouxemos aqui numa perspectiva séria, numa perspectiva honesta, com algum achincalhamento de um tema tão sério como é o tema da Regionalização. Portanto, se a Assembleia enveredar por aí nós retiramos a Moção e a Recomendação.”

Presidente da Mesa:

“Não dramatize, que não é caso disso. Este assunto é importante, mas é evidente que não me parece que tenha havido desvio do tema.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, nem de propósito esse seu intróito, por quanto o PP hoje nos traz um magnífico exemplo daquilo para que serve a Regionalização. Na verdade este é um exemplo paradigmático das necessidades que surgem pela falta de escala que o município oferece. O Sr. Presidente da Junta muito bem referiu e é uma realidade indesmentível, que uma das principais dificuldades com que se bate quem cuida da Pateira, como quem em Aveiro cuide da zona lagunar, seja ela qual for, é a falta de um interlocutor identificável. Porque de facto, desde logo nos vem à cabeça, que para qualquer decisão que seja temos logo dois Ministérios à cabeça, sejam eles o Ministério do Ambiente ou o Ministério das obras Públicas e Planeamento do Território. Sejam eles quais forem Sr. Armando Vieira, porque o PSD esteve 10 anos no Poder e a Pateira está como está. E permitia-me também o Sr. Digo Machado, na sua intervenção, que atalhasse também e demonstrasse também que a solução das Associações de Municípios não colhe e não atinge objectivo nenhum e a Associação de Municípios da Ria é um exemplo magnífico. Porque a AMRia, no que ao saneamento da Ria diz respeito, para citar o Sr. Presidente de Junta de Eixo, fez ZERO. Apenas aquando da intervenção do Estado, aquando da adesão do IPE Águas de Portugal à AMRia, com a constituição da SIMRIA, é que finalmente se conseguiu avançar no processo de saneamento da Ria. Porque toda a gente sabe que nas Associações de Municípios, sejam elas quais forem, as forças centrífugas, são maiores que as centrípetas. É que é evidente que qualquer Presidente de Câmara que integre uma Associação de Municípios responde perante o seu eleitorado e portanto, quer pretender para o seu concelho os benefícios e que os outros arquem com os ónus.

Com a instituição de um órgão regional, temos alguém que pode cuidar, e legitimado pelo voto e portanto, responsabilizado pelos interesses de vários concelhos e resolver esse problema de escala. O Prof. Britaldo Rodrigues pretendeu, numa terminologia que não lhe fica bem, que eu sei que não é própria do Sr. Prof., dizer que o PS e o PCP fizeram um negócio. Eu sei que tem de reproduzir à escala do concelho o argumento do seu líder partidário, mas manifestamente, acusar alguém de fazer uma proposta não séria, porque se há alguém que carece de legitimidade para acusar outrem de fazer uma proposta não séria, é o PSD. Porque o PSD não apresentou (e tinha responsabilidades) uma, por mais mísera que fosse, uma proposta de Regionalização. O PSD que votou favoravelmente a Lei de criação das regiões administrativas e que votou a inclusão das regiões na Constituição da República Portuguesa. Finalmente,

uma questão não desprecienda e com alguma seriedade que não pouca, que são as questões formais trazidas a esta Assembleia. Eu penso, e agora o PP mostrou alguma abertura para retirar esta Moção e esta Recomendação, penso sinceramente que o PP não está interessado que esta Moção e esta Recomendação sejam votadas. Porquanto o PP não desconhece que, regimentalmente qualquer assunto, seja ele qual for, seja ele apresentado pela Câmara seja apresentado por qualquer bancada, deve ser acompanhado pelos documentos que habilitem os Vogais a discutir e a apreciar essas matérias. Ou seja, estando esta matéria agendada há mais de um mês, com alguns atrasos que houve na condução dos trabalhos, é óbvio que esta Moção e esta Recomendação deveriam ter sido há mais de um mês distribuídos aos membros desta Assembleia. Não o sendo, desrespeitando dessa forma o Regimento, é porque não haveria uma proposta séria de anuir em espírito e neste caso em votação, ao teor da Moção e da Recomendação.

Portanto, é uma consideração que eu deixo à Mesa, se é admissível ou não esta Moção. Porque de facto, todos temos um mandato pela frente; assim como esta Assembleia se recusa a discutir matérias que não venham instruídas pela Câmara Municipal, também qualquer bancada que apresente qualquer proposta, dentro de qualquer ordem de trabalhos, o deve fazer. Até porque, se há referência específica a determinados documentos, nomeadamente Diários da República, que nós manifestamente desconhecemos e que poderíamos ter ido confirmar, se tivéssemos sido confrontados atempadamente com isto. É só uma questão formal. Muito obrigado.”

Saíram da sala os Vogais Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Armando Vieira:

“Vou recuperar uma coisa de há bocado, a propósito disto e da actuação negativa de algumas pessoas do Partido Socialista. Obviamente que não são todos iguais e há pessoas más e boas em todos os partidos. E vou falar até de uma pessoa que é minha amiga, mas que ao tomar a atitude que tomou demonstrou não ser amigo de Aveiro e das coisas de Aveiro, apesar de viver em Aveiro; é lamentável! É lamentável que assim seja. E reparem, isto serve para nós avaliarmos, porque eu acho que nós devemos estar de uma forma positiva nas coisas. Crítica, mas positiva. Mas devo-lhe dizer Sr. Presidente, que isto é um bom exemplo de que ser Socialista e Regionalista é contra Aveiro. E Sr. Presidente da Assembleia, V. Ex.^a agora que anda a aceitar muito e a indicar em vários areópagos e a aceitar Coimbra como capital da Região, desculpe Sr. Presidente, se houvesse regionalização eu teria de dizer (V. Ex.^a foi sempre um grande defensor de Aveiro) V. Ex.^a está a tomar uma atitude contra Aveiro, ao fazer isso. E ainda temos um outro Socialista, o Sr. Governador Civil, que por acaso é de Castelo de Paiva e é Presidente da Associação de Municípios do Vale do Sousa, que é contra Aveiro, defende a Região de Entre Douro e Minho, portanto é contra Aveiro, nortista convicto, e agora Sr. Presidente da Câmara, a propósito disto se também V. Ex.^a embarca nesta onda. Gostaria sinceramente de saber Sr. Presidente da Câmara, se é a favor desta Regionalização e consequentemente, se o for (o que não acredito) também será uma atitude contra Aveiro? Como dizia uma figura conhecida do pós 25 de Abril, o povo é sereno e saberá defender com o seu voto, a não subordinação que os Socialistas nos querem impor, a Coimbra.”

Presidente da Mesa:

“Eu desafio o Sr. Armando Vieira, a documentar-me, que eu alguma vez tenha aceitado

que Coimbra venha a ser a capital da Região. Nunca o aceitei, nunca! E se descobrir algum sítio onde isso esteja dito, não lhe dou um quilo de ovos moles, ofereço-lhe uma barrica de ovos moles de corpo inteiro, que o Sr. caiba lá, fique atascado (não em outra coisa) mas em ovos moles até não poder falar. Nunca aceitei isso. O que eu aceito é que, porque é objectivo, Coimbra é a maior cidade das 14 ou 15 da futura Região se vier haver. O que eu tenho dito é que, a capital da Região será decidida democraticamente pela Assembleia Regional.”

Vogal Armando Vieira:

“V.Ex.^a (segundo o Diário das Beiras) terá feito declarações à rádio 90 FM dizendo que a capital teria de ser Coimbra, e eu lembro-me de um deputado do PSD (José Gama) que ainda esta manhã ouvi na rádio Renascença onde dizia que a capital da Região vai ser Coimbra porque é o centro da Região e é a cidade mais importante. Obviamente que não vai haver Regionalização, o povo de Aveiro saberá dar resposta.”

Presidente da Mesa:

“Não. Não disse isso. Não bata mais no ceguinho. Ó Sr. Armando Vieira, não temos tido muito relacionamento, mas vai ficar a saber uma coisa: só sai desta boca para fora, exactamente aquilo que quero dizer com as palavras precisas que eu quero empregar. E o que eu disse na 90 FM foi que “não chupava o Porto, nem com tripas à moda da Ribeira, eu gosto é de Coimbra” foi isso que eu disse, o que é diferente. O perigo não é de Coimbra, o perigo é do Porto. Mas digo-lhe mais os indicadores, os NUTs, levam a concluir que Aveiro mesmo sem Espinho e mesmo sem Castelo de Paiva; considerando Viseu sem os concelhos do Norte que vão para o Douro; e Coimbra com os acrescentos dos outros concelhos; Aveiro tem indicadores superiores aos concelhos desses outros Distritos.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Por sinal, Sr. Presidente, sou Machado de apelido, não sou nascido e exilado para fora de Sever do Vouga, a minha mulher não é de Viseu; eu sou de Aveiro e nós trouxemos aqui um tema candente do Concelho de Aveiro e caso o Sr. Presidente não se lembre, eu também nunca o ouvi dizer, que não lhe repugnaria, aliás, nunca o ouvi dizer, que a capital poderia até ser Coimbra, mas ouvi-o dizer e justificar desta maneira, que o Presidente da Junta podia ser o Sr. Machado de Coimbra; porque era nascido em Sever do Vouga, a mulher era de Viseu e ele é Presidente das Câmara de Coimbra. Mas isso são outras águas, sabe Sr. Presidente! Porque aquilo que eu gostava realmente de falar e que nós trouxemos aqui, foi a Pateira de Requeixo, não sei se estão lembrados! Será que é bom continuar a discussão? Ou retira-se? É que nós levamos embora, não há problema nenhum Sr. Presidente! Acabou.

Agora que realmente, creio que se está a brincar com um tema, que é um tema de importância candente, neste momento e por isso o trouxemos; porque há 500 mil contos preparados - pergunte-se à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais - preparados, para o desassoreamento da 2ª fase e eu não queria avançar com este dado, porque também eu já tinha aprendido alguma coisa, com o meu Presidente de Câmara - que o segredo é a alma do negócio - mas há 500 mil contos preparados, para o desassoreamento, para a 2ª fase do desassoreamento. E a 2ª fase diz respeito, à Pateira de Requeixo.

E foi-nos comunicado, por entidades com responsabilidades, que esses 500 mil contos têm que ser reclamados pela Câmara de Aveiro. E isto que eu estou a dizer em Público, foram os senhores que me obrigaram a dizer. Porque preferia, garanto-lhe que preferia

dize-lo no recato do gabinete e dizer ao Sr. Presidente da Câmara: olhe! Há 500 mil contos. Como até aposto que ele já sabe!

Agora há aqui um outro problema. Manifestamente, para utilizar uma expressão muito cara a esta Assembleia, manifestamente, na defesa de temas como a regionalização, nós nem sequer nos prenunciamos, já repararam? É que nós estamos muito confiantes, as sondagens valem o que valem, mas elas, umas atrás das outras têm dito sempre as mesmas coisas. E mais! Só quem não quer ver, é que não vê. E diz o povo e com razão: o pior cego é aquele que não quer ver. Mas meus senhores, já puseram um abaixo da sua estátua; há outros que tenho a certeza que vão rapidamente cair do pedestal, não há problema. Mas nós tranquilamente o que trouxemos aqui para a discussão, foi a Pateira de Requeixo. E o que é incrível, é que se tenha aqui dito, que manifestamente as Associações de Municípios não colhem! Quando colhem. Até a propósito da SIMRIA. Porque quando a SIMRIA é constituída, já aproveita três ETAR de tratamento de efluentes; três ETAR postas no terreno, pela Associação de Municípios da Ria. Três ETAR que aproveitaram, integraram e estão a construir o colector submarino de S. Jacinto. Portanto, manifestamente as Associações de Municípios, colhem. Não só colhem como constróem. Manifestamente o que aqui se trata, é de um problema de ignorância clara. Leia-se, está escrito. Três ETAR!

A seguir também lhes poderia dizer, que manifestamente as Associações de Municípios até colhem, porque parte do projecto integrado da despoluição da Ria de Aveiro, está a ser posto em prática, pela SIMRIA, já lá vão dois anos; parte desse projecto é obra exclusiva da Associação de Municípios da Ria. Manifestamente as Associações de Municípios, colhem! Esse projecto foi aproveitado. Obviamente que terá sido melhorado, ampliado, obviamente! Agora, quando se fala em interlocutores do poder central não identificados, manifestamente não colhe! Porque eles estão perfeitamente identificados, é sempre o mesmo. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais; Direcção Geral do Ambiente e Recursos Naturais; sempre o mesmo. Que responde no último ofício - agora voltando ao tema que aqui nos trazia, que responde no último ofício: “com referência à carta da Associação dos Municípios da Ria... este projecto tem que ser integrado, no projecto integrado da Bacia ideográfica do Rio Cértima e da Pateira de Fermentelos”. Portanto, havia um projecto! Havia o projecto para a Pateira de Fermentelos, feito pela Associação de Municípios da Ria, havia o projecto para a despoluição do Rio Cértima, feito por uma outra Associação de Municípios, que lhe calhar até colhe! Tanto colhe, que colheu 500 mil contos para despoluir o Rio Cértima, que é a Associação de Municípios da Bairrada Vouga, que fez a obra tal e qual a tinha projectado. Portanto, não se venha para aqui misturar, o que não é misturável. Discuta-se a regionalização, faça-se o que se fizer, eu por mim até lhes digo: eu só vou votar e como eu muitos outros. Graças a Deus, votarão com o mesmo sentido que eu. Agora o fundamental aqui, é saber se queremos ou não discutir este assunto. Em relação à Moção; a Moção é uma moção genérica, como muito bem se pode constatar da sua leitura. Que apenas pretende afirmar, a quem quiser ouvir, que a Assembleia Municipal está empenhada em discutir este assunto, o que se lá diz; em trazer este assunto à ribalta; é o que se lá diz! E não creio, ser precisa muita intelectualidade, nem muita seriedade política, para com uma leitura da Moção, que se pode fazer em dois ou três minutos. Eu recordo, que a última comunicação do Sr. Presidente da Câmara, chegou com dois dias de antecedência e nós nem sequer, pusemos objecções. E isto é um assunto de interesse para o Município. O que se está aqui a fazer, é pretender tornear isto tudo, dar uma volta de 180 graus. Quer dizer, não percebo que seja precisa muita inteligência, muita intelectualidade, até porque se calhar eu não a tenho, para ler esta moção e ver que ela é perfeitamente aceitável por todos. Querem corrigi-la,

querem acrescentar coisas vossas, querem transformar esta Moção numa Moção de todos nós! Sim senhor. A recomendação à Câmara: pergunte-se à Câmara se não aceita; pergunte-se à Câmara se não está na disposição de fazer exactamente o que vem escrito na Moção. Querem transformá-la?! Eu retiro a bancada do Partido Popular e ponho a Assembleia Municipal de Aveiro e é já. Porque este assunto, é um assunto que interessa a Aveiro. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal António Salavessa:

“É sobre o problema, aqui trazido pela bancada do PP.

Eu penso que a peça de Moções e Recomendações ou o conjunto não ficará completa, sem uma peça que exija ou que coloque, a Assembleia da República no momento em que está a discutir o Orçamento Geral de Estado, a inclusão no Orçamento de Estado para o próximo ano, das verbas necessárias à recuperação da Pateira.

Daí que tenho também uma proposta de Moção:

Moção

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida a 19 de Outubro de 1998, tendo em conta a discussão da situação da Pateira de Requeixo, também conhecida por Pateira de Fermentelos, decide:

- Solicitar a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, a inclusão no orçamento de Estado para 1999 das verbas necessárias à defesa e recuperação daquela zona húmida.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu também compartilho com os presentes, que se expressaram sobre as belezas da Pateira de Fermentelos e de Requeixo, faltou referir Óis da Ribeira, que também tem uma zona muito bonita e também confirmo que para mim a zona mais bonita é a zona do cemitério. De facto é uma zona privilegiada para tudo bem se apreciar.

Toda a gente sabe o que aconteceu à Pateira de Fermentelos, sobretudo a partir dos anos 70 com o abandono da apanha das algas, do moliço. Com a mecanização e a fertilização química, as algas deixaram de ser apanhadas e a infestação, como se diz, das águas foi de tal forma que acabou a pesca, acabou o lazer. As coisas foram acabando; todas as actividades económicas ou lúdicas que ali se desenvolviam.

O processo foi de facto invertido em 1983, com os primeiros estudos relativos à dragagem. Dragagem essa, que como aqui foi recordado, previa duas fases: uma fase de cento e quatro hectares, que já foi efectuado e uma segunda fase, que nunca chegou a ser feita, de cento e trinta e seis hectares e que corresponde de facto a zona da Pateira de Requeixo.

Esta segunda fase, por razões que tem haver com a tal questão da regionalização de hoje. De facto o governo meteu na gaveta essa segunda fase (não sei que governo foi), mas eu também acho e estou convencido que é o tipo de questão, que não teria sido posta na gaveta, se houvesse uma região a dizer que este projecto era fundamental para a região. Porque como sabe, os projectos estavam feitos, os cálculos estavam quantificados, o plano de trabalhos estava feito. É o tipo de decisão política, em que certo número de Municípios foram ultrapassados pela Administração Central e não tiveram ninguém, nenhum escalão intermédio, que os pudesse defender. Por acaso, o caso da Pateira acho que é exemplar esse título, porque de facto não basta à Associação de Municípios para resolver problemas, é preciso depois que uma voz a outro nível se faça representar junto do Governo Central. Até porque, como alguém lembrou aqui e bem, depois os interesses entre os Municípios que compõem a

Associação muitas vezes não são coincidentes. E isso aconteceu também e acontece na Associação de Municípios da Ria, nós confrontamo-nos com isso todos os dias. Bom, mas isso é o passado. O que é que nós fizemos na AMRia desde que lá estamos? Porque de facto achamos que é importante recuperar a Pateira.

O que nós fizemos foi apresentar ao governo e no quadro da negociação, do próximo quadro comunitário de apoio, a intenção de candidatar o projecto da Pateira, a dragagem da segunda fase e portanto, os trabalhos que irão permitir restabelecer o espelho de água, desenvolver turisticamente a região, criar uma zona de reserva, definir uma zona de floresta condicionada, inserir uma unidade hoteleira, o campo de golfe - não sei, parece-me ambicioso, mas tomei aqui nota. É uma ideia a ter em conta. Aveiro não tem nenhum campo de golfe. Como sabe no nosso PDM, a zona que está prevista para o campo de golfe, não é ali. É na zona desportiva da Azurva. Mas é uma ideia que pode ser, que pode pensar-se.

E portanto, temos candidatado, ao próximo quadro comunitário de apoio, como anteprojecto, este plano da segunda fase da dragagem da Pateira e pelo montante, de um milhão e quatrocentos mil contos. Um milhão e quatrocentos mil contos, foi o valor que inscrevemos, porque pensamos que associado à dragagem, haverá que construir pequenas atracções para os barcos, hotel, acessos, etc. Portanto, é um projecto ambicioso e que eu penso que se for aprovado, devolverá de facto a Pateira às condições em que todos a queremos ver.

Portanto, o projecto não está esquecido, foi tirado da gaveta pela Associação, está a ser apreciado pelo governo no seio dos projectos que serão seleccionados para o próximo quadro comunitário de apoio e esperemos que haja sensibilidade, como eu estou convencido que sim, que haverá.

De resto, houve aqui outras várias referências. De facto não se tem feito nada de concreto, porque está toda a gente à espera desta intervenção. Mas o Sr. Presidente da Junta de Freguesia recorda-se, que ainda há pouco tempo estiveram na Pateira um grupo de estudantes Americanos de Planeamento, a estudar a Pateira como caso de trabalho e deixaram sugestões e pistas de aproveitamento muito interessantes e que aliás, não vieram trazer propriamente novidades aquilo que nós próprios Portugueses já tínhamos concluído sobre o assunto. O que só confirma que há pontos de vista unanimes, sobre as diferentes componentes que há ali a considerar: ambientais, etc., em relação ao aproveitamento da Pateira.

Portanto, esperemos que de facto este novo impulso e as novas verbas disponíveis, venham com o empenho da Câmara de Aveiro naturalmente e da AMRia (e das outras Câmaras, embora como aqui também foi dito, as outras Câmaras já tenham a parte que lhe é mais ribeirinha dragada), espero que se consiga levar este projecto até ao fim.”

Vogal Raul Martins:

“Só para dizer que depois destes comentários, depois das observações do Sr. Presidente da Câmara, não faz sentido a Recomendação. A Recomendação, torna-se espúria e tardia uma vez que a Câmara tinha efectivamente já tratado do assunto, em sede própria e sede da AMRia e com um desenvolvimento perfeitamente diferente daquele que os considerandos feitos à volta da recomendação do PP efectivamente previam. Efectivamente, é um outro nível; passou-se de um nível obviamente, do pensamento de um determinado Partido Político, que esteve tantos anos à frente da Câmara de Aveiro, para um nível superior. E penso que assim também serão dadas algumas respostas, àquilo que o Sr. Deputado António Coimbra tinha dito. Efectivamente, não é só a dragagem pura e simples e a limpeza pura e simples dos moliços da Pateira, é todo um processo integrado, que obviamente urge fazer naquela zona.”

Presidente da Mesa:

“Bem, está encerrado o debate. Devo dizer que a Mesa admitiu todos os três textos: a Moção; Proposta e a Proposta. Se não houver mais inscrições... mas parece que há!”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, em primeiro lugar para manifestar a minha discordância da interpretação da Mesa, obviamente respeito-a, mas não posso deixar de considerar que regimentalmente a não apresentação temporã, desta Moção e Recomendação, resultaria que as mesmas fossem prejudicadas nas discussão. Mas V.Ex.a entendeu de forma diferente! Eu quero apenas subscrever na íntegra, as palavras do meu camarada Raúl Martins; parece-me óbvio e se assim não for, que resulte hoje demonstrado aqui, que entre as tais informações que por segredo a bancada do PP, na pessoa do Sr. Diogo Machado, não nos trouxe aqui hoje, estaria precisamente a notícia destas diligências realizadas pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Associação de Municípios da Ria, que de facto faz com que esta proposta do PP, não possa deixar de ser apenas, algo que surge encavalitado no projecto da Associação de Municípios da Ria. E portanto, só para concluir, é evidente não apenas este proposto formal, mas também pela demonstração de que esta proposta do PP em nada adianta, pelo contrário, até resulta redutora da ambição e do dinamismo que se pretende imprimir àquela zona, obviamente que nesse pressuposto a bancada do Partido Socialista não a votará favoravelmente. E permite-se ainda, em remate, salientar e denunciar uma coisa: se fosse o Partido Comunista, hoje, a apresentar a Moção e a Recomendação, nos termos em que o foi feito, de certeza que se ouviria da voz do PP, a denúncia de que tal não passaria de uma tentativa de fazer um brilharete político, como eu já ouvi aqui. De facto, assim sendo, nós favoravelmente não poderemos votar.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, não querendo fugir ao tema, gostaria no entanto que o Sr. Presidente da Câmara, respondesse à questão da Regionalização; que fosse muito claro. Desejava saber Sr. Presidente: V.Ex.a, é uma referência da população de Aveiro e eu tenho sido questionado muitas vezes, porque falo com muita gente, obviamente, imagina isso com certeza, da cidade e não só. E nós os Aveirenses, não sabemos qual é a posição do nosso Presidente da Câmara. E desejamos todos saber, muito claramente, qual é a sua posição?”

Sim ou Não a esta regionalização. É esta Sr. Presidente! V.Ex.a pode ser regionalista; olhe que se calhar nesta bancada estão muitos regionalistas! Agora, queremos saber se V.Ex.a está de acordo com esta Regionalização?

Sr. Presidente, quanto à dragagem da Pateira de Requeixo, temos que nos lembrar que a Pateira de Requeixo, também tem incidência numa outra Freguesia que é a Sr.^a de Fátima. Pronto, aquela zona da Ponte do Pano, já é área geográfica de N.^a Sr.^a de Fátima e depois estende-se até ao Ribeirinho da Palha, que é uma zona particularmente aprazível, que todos nós conhecemos, e era bom que a Câmara quando promovesse e sensibilizasse quem de direito para esta questão, que estendesse tanto quanto possível, esta acção importantíssima, até ao Ribeirinho da Palha.

Uma outra questão; por se falar aqui nas propostas, para PIDDAC.

Sr. Presidente da Câmara, gostaria de saber, porque é que as Juntas de Freguesia não são ouvidas para o elencar das propostas a formular, para inscrição no PIDDAC? Obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É só para dizer o seguinte: Nós bancada do PSD e neste processo, de facto de assumirmos responsabilidades ou não, não temos nada haver com isso. Há uma Câmara passada, há uma Câmara presente e estamos portanto, um pouco sem termos que nos preocupar demasiadamente acerca de responsabilidades passadas ou futuras.

A mim a única coisa que me parece, é o seguinte: esteja ou não em curso um processo para recuperação da Pateira de Requeixo ou Pateira de Fermentelos, o que é facto, é que vimos nesta Assembleia que há um agrupamento, uma bancada, que apresenta uma Moção, não sei se sabia ou não sabia da situação que estava, possivelmente não saberia, a bancada do PS possivelmente sabia. Nós não estamos nada preocupados com isso. O que nós sabemos é que se há uma acção em curso da Câmara e se esta Assembleia, se preocupa também por esse assunto e há um grupo que apresenta aqui uma Moção, para reforçar essa nossa preocupação, eu acho que a bancada do PS dizer que não é precisa para nada!...

Há uma Moção e uma Recomendação, trazer aqui esta Moção e esta Recomendação, no contexto, embora que o processo esteja a seguir ou não, sabemos hoje. Porque há uma coisa que me preocupou aqui muito e de todas as bancadas e já algumas vezes me tem preocupado: é que de vez em quando, esta Assembleia toma consciência que há certas situações que não seguiram porque estão em segredo. Foi o segredo disto da negociação, foi o segredo daquele outro, então, acabamos por ouvir hoje um segredo daqui outro de acolá, ficamos sempre muito surpreendidos como é que são estes segredos todos e às tantas, (é como o Sr. Armando Vieira diz) talvez não estamos aqui a fazer nada, porque isto anda tudo em segredo, não é!?

Bem e portanto o que me parece, nesta situação é o seguinte: é que se estão as coisas a correr e a Câmara está a tomar conta do processo, óptimo! Muito bem! Apoiamos e esta Moção e esta Recomendação, não vêm nada contra isso. E não aceitar de facto votar, que é um apoio, ao Executivo, acho que poderá ser considerado uma situação de arrogância, com a qual nós bancada do PSD, não participamos, não partilhamos. Obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, obviamente que me enganei, quando disse que não seria precisa muita intelectualidade, para não dizer inteligência, na análise desta Moção e desta Recomendação.

A Moção, é claramente uma tomada de posição genérica desta Assembleia, mostrando que está interessada, que tem conhecimento do assunto e que se manifesta no sentido de uma rápida resolução de um problema que a todos nós afecta.

A Recomendação, e propositadamente ela vem dividida em três pontos, até é um pouco dinâmica. Começa por pedir ao Executivo, que envide todos os esforços no sentido de ser reaberto o processo; continua a pedir ao Sr. Presidente da Câmara ou a recomendar, que na sua dupla qualidade de Presidente da AMRia (e é a terceira vez que eu digo isto e parece que ninguém entende!), que faça todos os esforços para que este processo vá a bom porto e termina dizendo, que todas as Entidades conjuguem os seus esforços e se encontre uma plataforma consensual, para que este problema seja o mais rapidamente resolvido.

E eu quero aqui dizer, que este assunto foi agendado há praticamente um mês. E quero aqui afirmar, alto e bom som também, que foi afirmado, dentro da óptica da defesa dos interesses deste Concelho, que sempre norteou a nossa bancada, a bancada do Partido Popular.

E foi aqui trazido, a pedido da população da Freguesia de Requeixo. Este é o primeiro

motivo pelo qual nós não retiramos nem a Moção, nem a Recomendação, este é o primeiro.

O segundo motivo, é dizer-vos senhores do Partido Socialista, que não tenho melhor testemunha, do que o próprio Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, de que esta bancada não tinha o menor conhecimento dos esforços desenvolvidos e bem desenvolvidos ao que ouço, no sentido de preservar este acidente geográfico, que tantos nos orgulha e que tanto nos honra. Não tínhamos o menor conhecimento. E por isso, nos dissociamos claramente das propostas de brilharetes fáceis, porque esta é uma proposta pensada, é uma proposta estudada, é uma proposta apresentada a esta Assembleia devidamente fundamentada. Uma proposta resumindo, de boa fé. O Sr. Presidente da Câmara sabe, que é uma proposta de boa fé.

Os Sr. Deputados do Partido Social Democrata, demonstraram agora mesmo, que parece partilharem também o mesmo sentimento de boa fé, diria mesmo mais: parece que aqui, esta discussão se resume a ver quem ganha politicamente, parece que sim. E parece que os senhores do Partido Socialista, ficariam contentes por ver a nossa bancada a retirar a Recomendação, porque a Moção pode estar inócua, para poderem ganhar politicamente.

Pois eu digo-vos: chumbem a proposta de Recomendação e percam politicamente. E já agora a talhe de foice - como se costuma dizer, se calhar, foice pedida emprestada aí ao lado. Não há a menor dúvida, e disso é exemplo ou são exemplos, as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Requeixo, que nunca falou aqui de Regionalização, que nunca falou aqui de Juntas Regionais, que nunca falou aqui de capitalidades, que nunca falou aqui de nada, mas que veio aqui a esta Assembleia trazer um problema grave para a sua Freguesia, que afectam os cidadãos que nele votaram, que nele não votaram e pedir, ao Sr. Presidente da Câmara, que se esforce por resolver este assunto. Muito obrigado.”

Vogal Raul Martins:

“Era só um esclarecimento. Era para perguntar ao Sr. Diogo Soares Machado, como apresentante desta Moção, que eu pretendo votar favoravelmente, se lhe repugna corrigir os erros ortográficos da Moção ou se ela deve ser apresentada tal e qual está?”

Presidente da Mesa:

“Isso é trabalho para a Mesa, eu depois faço isso.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Vê-se mesmo ao que se reduzem os argumentos dos senhores Deputados do Partido Socialista, Sr. Presidente!”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Foi-me dada a palavra e uma vez que o Sr. Diogo Machado se referiu aos Deputados Municipais no plural, isto é, à generalidade dos Deputados Municipais da bancada do Partido Socialista, incluiu-me; o que me vai permitir aduzir mais alguns argumentos em absoluta concordância com as outras intervenções anteriores, mas com a minha opinião pessoal e que é a seguinte:

Eu perguntaria genericamente, não apenas aos Deputados do Partido Socialista, com certeza que não querem fazer nenhuma espécie de partidarismo estrito, com o assunto desta natureza. Perguntaria se faria algum sentido, aprovar uma Moção ou uma Recomendação, ao Sr. Presidente da Câmara, para que construí-se um lago junto ao

Centro Cultural e de Congressos? Seria profundamente ridículo!

É exactamente o que se está aqui a passar agora. Porque, se como bem esclareceu o Sr. Diogo Machado, e sem “partidarite” nenhuma, quando o PP, num gesto que foi aqui elogiado, trouxe aqui este importantíssimo assunto, o próprio PP não sabia como esclarecer o que se estava a passar na Associação de Municípios da Ria, não sabia já a que níveis, quer político, quer relativamente ao montante, em que níveis aliás, se situava neste momento esta questão, porque não teve a humildade de reconhecer que deixou de ter sentido e passou a ser profundamente ridículo - salvo devido respeito, as propostas que aqui nos apresentaram.

Se depois de esclarecidos, ficamos a saber, julgo que para felicidade imensa do Sr. Presidente da Junta, que tantas vezes o vi aqui pronunciar-se sobre isto e preocupadíssimo com isto. Para felicidade do Prof. Britaldo Rodrigues, que aqui falou nas três vertentes que se enquadram de facto, no trabalho mais sério, mais longo e mais profundo, que efectivamente não temos razão para não acreditar, que esteja a ser feito. Se nessas circunstâncias, porque razão vamos votar nós aqui, uma coisa que não faz sentido. Recomendar a um Presidente, que tem um duplo papel de Presidência, para fazer uma coisa que está a fazer muito para além da Recomendação, é de um ridículo atroz. Já não é a proposta do Sr. Salavessa e é para ver que não fazemos partidarite nenhuma, porque faz sentido. E é de boa política e é um grande reforço daquilo que está a ser feito.

Nada mais tenho a dizer, excepto: tentei não me pronunciar sobre as duas questões essenciais que aqui foram discutidas hoje. Obviamente de duas, uma digamos assim de estrito interesse municipal e outra de interesse municipal também, mas também de interesse nacional, como é o caso da Regionalização (não vou agora introduzir aqui o tema). E a minha posição é obviamente, a de que não faz, lamento, mas não faz qualquer sentido nestas circunstâncias irmos aprovar ou não estas propostas de Recomendação, sobre questões que já estão ultrapassadas, felizmente em muito. Isso sim seria demagogia, pretender hoje, por parte do PP, não reconhecer com humildade que trouxe um assunto importante, interessante, mas que também esse, como diria o Sr. Presidente da Mesa, também já estava pensado.”

Presidente da Mesa:

“Estão encerrados os trabalhos, antes porém de passar à votação, uma nota pessoal.

Eu nunca disse que o meu candidato a Presidente da Junta Regional, fosse o Dr. Manuel Machado. Nem disse que era o melhor!

Disse que tinha características que o podiam afirmar como candidato. Também aí, disse exactamente o que queria dizer e mantenho.

É muito complicado; se houver Regionalização, eu gosto da minha terra! Mas os de Coimbra também gostam, os de Viseu também gostam e não pode haver um candidato a esse lugar que seja polivalente. E se houver... o que reúne mais trunfos nesse aspecto, é exactamente o Manuel Machado. Mas eu não o defendi como candidato! Mas adiante. Quanto há reserva que foi posta pela bancada do PS, quanto à admissão destas propostas, eu devo dizer que a Mesa não tem culpa do Regimento não ser famoso.

O que se diz no regimento é o seguinte: «Das cartas convocatórias, constará obrigatoriamente a respectiva ordem de trabalhos, redigida em termos claros. Com as cartas deverão ser enviados documentos, que habilitem os Membros da Assembleia a participar na discussão das matérias que constem nessa ordem de trabalhos, salvo se tal constituir encargo avultado, caso em que serão enviados exemplares a cada força política representada na Assembleia.

Os processos respeitantes aos pontos da ordem de trabalhos que vão ser discutidos

devem estar presentes nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, desde o dia anterior à data indicada para a reunião, devendo para tanto esses Serviços de Apoio assegurar o cumprimento desta disposição».

Em nenhum sítio aqui se diz... isto não tem cunho sancionatório ou cogente ou vinculativo este preceito. “Deverão ser enviados os documentos”. É evidente que a Mesa só pode enviar (a crítica não está posta à Mesa) para os membros da Assembleia os documentos que tiver. E só pode ter nos Serviços de Apoio os processos que tiver. Portanto, quem apresenta propostas agendadas, deverá fazê-las acompanhar de documentos de instrução e informação.

Desculpem lá, mas é assim em direito é uma: “lex minus quam perfecta”, não é uma “lex imperfecta”. As leis imperfeitas são as que não têm nenhuma cominação. Não passam portanto de recomendações. As leis “minus quam perfecta” têm apenas uma sanção difusa, consoante, de cunho moral ou político. As leis perfeitas têm uma sanção taxativa.

Trata-se portanto de uma norma do cunho de uma “lex minus quam perfecta”, porque está subentendido que quando as propostas não vierem instruídas e não forem esses documentos divulgados, poderá/haverá uma sanção, uma censura política. Mas não é rigorosamente obrigatório, não diz aqui que não serão aceites nem serão agendadas. E foi por essa ordem de razões, que a Mesa admitiu estes documentos e agendou (sem ter antes os tais documentos instrumentais) esta matéria.

Posto isto, não é defesa da honra, mas é defesa da técnica e do rigor, dou a palavra para a acabar - espero eu de que - ao Presidente Branco Pontes.”

Vogal Branco Pontes:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Queria congratular-me pela posição que a Câmara tomou nesta questão, pelo menos saber o que se passava na Associação de Municípios da Ria. E se faz a candidatura de facto, esperamos que a obra seja apoiada, no sentido de a mesma avançar. Porque como é do conhecimento de alguma gente, nem todos, está-se a prejudicar o que está feito.

É que na planta que existe, quando foi o início desta obra, a parte a dragar era a parte do Concelho de Aveiro. Está marcada a cor de rosa na carta, a parte a dragar, a parte do Concelho de Aveiro. Que era para as águas quando entram para dentro com lixos, ao saírem o façam também com os lixos. Agora o que acontece, é que elas vão para dentro com os lixos e depois não conseguem sair para fora com os lixos; fica tudo lá dentro. Está-se a prejudicar o que está feito. Há uma grande urgência em se tratar disso até por esse motivo.

Uma das coisas que nos preocupa bastante também, é o caso da qualidade da água. Perguntei ao Sr. Presidente, no caso de onde é que estava a ser feito o saneamento da zona industrial, localizada em Mamodeiro. Não me respondeu?

Porque ainda se pesca muito na Pateira e sabemos bem, que há lá muito mercúrio a mais na água. Aquelas urbanizações, tanto em Fermentelos como na zona industrial de Oiã, vazam seguidamente para a Pateira. Sabemos disso perfeitamente! É um perigo que está ali que a gente ou quem está a pescar muitas vezes não conhece aquilo e anda-se a comer peixe que é... por isso mesmo, há que ter um bocado de atenção, ao nível da fiscalização mesmo e saber-se o que acontece com esse saneamento.

Também referi o caso das Bateiras. Já sei que é um... mas que não fique esquecido, vou procurar saber e também, pedir-lhe. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“É um pedido de esclarecimento no sentido de perguntar claramente, se a obra da 2ª fase da dragagem, foi candidatada ao II Quadro Comunitário de Apoio, para informar a Assembleia Municipal, que a bancada do PP amanhã mesmo, vai enviar um ofício à Câmara Municipal de Aveiro, no sentido de ser enviada cópia dessa candidatura e para dizer que estranho: que sendo este (estranho mas não duvido), um problema tão premente para o Concelho de Aveiro, o representante eleito da Freguesia de Requeixo, aqui presente, não tenha tido sequer conhecimento de que essa candidatura ao II Quadro Comunitário de Apoio estava em marcha, nem sequer tenha sido avisado de que alguma coisa estava a ser feita para a Freguesia de Requeixo.

Em último lugar, apenas para dizer que seja ou não aprovada a Moção e a Recomendação, esperamos que sim, que sejam, nesta Assembleia, para além do problema da dragagem, outras questões não mais secundárias foram aqui colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Requeixo, e apraz-me registar com esta iniciativa, chame-se-lhe o que se lhe chamar, pretenda-se dela o que se pretender, com esta iniciativa, na Assembleia Municipal de Aveiro, pela primeira vez, viveu-se a Pateira de Requeixo. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Bem, em primeiro lugar eu queria dizer ao Sr. Pontes, que as Bateiras serão também adquiridas para a Pateira, acho que faz todo o sentido.

Quanto ao saneamento da zona industrial de N.ª Sr.ª de Fátima, Mamodeiro. A situação ainda não é boa de facto. Há um colector que está instalado, mas cuja ligação ainda não está feita ao interceptor do Vouga, que está a ser construído pela SIMRIA e, portanto, infelizmente devemos temer que a situação não esteja a ir para onde deve. Eu gostava de lhe dizer que não vai para a Pateira de Requeixo, vai para a de Fermentelos, mas vai para alguma vala e o risco de lá ir parar é real. Em todo o caso as medidas estão a ser tomadas para que esse risco de ir lá ter desapareça.

Depois, a candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio. Eu disse e quero ser rigoroso, para não defraudar as expectativas de ninguém, o que eu disse: é que o projecto da Pateira de Requeixo, foi apresentado pela AMRia, juntamente com outros projectos, como intenção de candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio. Isto tem fases, de facto nós fomos solicitados pelas entidades que estão neste momento a organizar o plano, para que indicássemos os projectos que queríamos candidatar. Portanto, incluímos estes, já devidamente descritos, identificados, população abrangida, orçamento, descrição do que está feito, do que falta fazer, os objectivos a atingir, etc. Portanto, a candidatura está na mesa.

E de facto, na altura não se convocou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, porque enfim, não sei qual foi a razão, o Prof. Celso talvez pudesse aqui explicar, porque ele é que acompanhou na altura própria o envio destes documentos. Mas também estou de acordo, que devia ter sido ouvido e devia ter sido informado, que estivemos a tratar disto.

Depois, penso que só tinha aqui a questão da Regionalização. Não sei se querem falar sobre isso, fui aqui interpelado directamente, como se eu tivesse alguma dificuldade em afirmá-lo.

Penso que as minhas posições são conhecidas há muito tempo. Eu sou favorável à Regionalização; como aliás muita gente do PSD era e de vários Partidos.

Sou favorável à Regionalização. Acho que é uma oportunidade histórica, que o país está a ter e corre riscos de perder, de dar um salto qualitativo na organização democrática do Estado, de racionalizar e modernizar a sua Administração e de

encontrar condições institucionais, que permitam aos operadores económicos e aos factores económicos, potencializar-se e portanto, contribuir de uma forma mais eficaz, para o desenvolvimento económico. Penso que é uma oportunidade histórica que corre o risco de estar a ser perdida, por razões de estratégia partidária e queria lamentar isso aí, claramente.

Eu acho que este processo, infelizmente, quando há poucos anos havia unanimidade entre todos os partidos, foi minado por razões de estratégia partidária - nem vale a pena dizer quem. E isso é lamentável, porque um processo destes, para ser sério (ele está a ser sério), mas para ser mais facilmente implantado, devia ser no mínimo por dois terços de apoio no País e se as razões de estratégia, se não se tivessem sobreposto a razões de interesse nacional, era assim que ia ser feito.

Mas acho que o processo que está em curso, tendo algumas falhas, tendo algumas deficiências e eu acho que o PS também não está isento de algumas falhas, algum trabalho que podia estar feito e que tinha retirado argumentos, frágeis é certo, mas tinha retirado argumentos aos defensores do NÃO. E esse trabalho podia ter sido feito com alguma antecipação. Mas em geral o processo é uma oportunidade histórica e perante oportunidades históricas destas, acho que devemos dar o benefício da dúvida e acreditar que perante um processo tão importante como este, os portugueses conseguirão encontrar os mecanismos legais, adequados, a resolver as pequenas incógnitas que ainda existem e que não são nenhuma coisa dramática.

Se tivessem perguntado aos portugueses quanto é que ia custar a democracia e os trezentos e cinco municípios; não havia democracia!

E portanto, o que estamos agora a perguntar aos portugueses, é o preço de uma auto-estrada, para termos representantes eleitos, ao nível da decisão macro-regional, que é a única novidade que vamos ter. É que vamos ter CCR's eleitas, com responsabilidade política, a ganharem nas Assembleias Regionais senhas de presença.

Eu acho que neste processo há alguns pormenores que deviam estar mais afinados, não contesto isso. E eu não vou fugir à questão do mapa. Em relação à questão do mapa, eu gostava de dizer o seguinte: eu acho que este mapa em concreto, para a Beira Litoral, eu custa-me a crer que os Srs. Deputados do PSD, encontrem um mapa mais favorável a Aveiro. Custa-me a crer! (ouvem-se palmas) A ter que ficar num mapa com esta configuração que temos... (ouvem-se vozes) eu tenho muito respeito pela história, mas todos sabem que os distritos foram traçados a régua e esquadro, importados dos códigos napoliónicos de França, sem nenhuma tradição em Portugal e nunca se adaptaram à estrutura e à máquina administrativa em Portugal. Sofreram seis reformas na sua configuração e nunca serviram para coisa nenhuma. E hoje em dia, no passado recente, tem servido para nós nos queixarmos da relação com Coimbra, porque infelizmente, tudo tem ido para Coimbra.

Mas, portanto, eu diria o seguinte: esta região que temos na mesa para votar, se tivesse havido mais esclarecimento e eu penso que estas três semanas as pessoas vão-se aperceber disso. Em vez de acentuarmos aquilo que nos divide e as rivalidades que têm sido suscitadas ao longo dos anos e tem sido suscitadas, justamente, porque o governo do PSD (desculpem lá mais esta farpa), ao longo dos anos, na lógica das CCRC's, foi concentrando sem perguntar a ninguém, uma série de organismos que não deviam ter sido desconcentrados.

Só para concluir, eu acho que em vez de estarmos a acentuar as tais rivalidades, que não produziram resultados práticos nenhuns para o bem estar das pessoas nos últimos anos, pelo contrário, eu acho que se nós começarmos a ver que uma região com esta configuração tem o privilégio de ter Aveiro, Coimbra, Viseu, a Feira, a Figueira, o Porto de Aveiro, as Praias mais próximas do centro de Espanha, a Região do Dão e a

Região da Bairrada, uma das Universidades mais antigas da Europa e uma das Universidades mais modernas de Portugal, e por aí fora, temos uma Região riquíssima que vai ser uma região muito importante no país. Portanto, é altura de começarmos a ter um discurso positivo, que ponha em relevo as potencialidades desta Região.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, continuamos a não saber até ao fim, a resposta a esta pergunta concreta: é se de facto, então e indiscutivelmente, o Sr. Presidente da Câmara concorda com esta Regionalização e com a Região da Beira Litoral, é assim? É só o que eu quero saber.”

Presidente da Câmara:

“Eu como lhe disse, há pormenores que podiam ter sido afinados.

Sr. Armando Vieira e Sr. Prof., eu gosto de discutir estas coisas, não me sinto limitado, eu gosto de dizer as coisas que penso. Eu acho que designadamente, ao nível da definição das competências e ao nível dos custos do funcionamento da Regionalização, o trabalho de casa podia estar mais afinado - digo isto claramente! Só que acho que isso posto na balança, essa relativa indefinição, é relativamente pouco importante, porque no máximo vai custar uma auto-estradazinha dessas muitas que há para aí. E a vantagem que temos se essa estrutura for implantada, supera muito o custo da implantação da Regionalização. Não tenho dúvidas sobre isso.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Não era essa a dúvida! O problema é: concorda com esta Regionalização e com este mapa?”

Presidente da Câmara:

“Já disse. Em relação à Capital! sobre a Capital também querem ouvir sobre a Capital?”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Só o seguinte: ouvi com muita atenção uma das primeiras explanações lúcidas acerca da Regionalização, aqui produzida pelo Sr. Presidente da Câmara. Mas, como em quase todas, quando chega ao final, a lucidez (a lucidez, não queria dizer), digamos que há sempre ponta por onde se lhe pegue. E o Sr. Presidente disse aqui “que desta maneira teremos uma Região mais rica, mais forte, que se implementará com mais força, neste país, neste Portugal que é o nosso”.

Pois o argumento primeiro, de lançamento da Regionalização pelo Partido Socialista (eu sei que o senhor não tem culpa), é homogeneizar as Regiões; diminuir as assimetrias; diminuir as diferenças. E portanto, não é criar regiões mais ricas, em detrimento de regiões mais pobres!

Já agora, se estamos em maré de perguntas básicas, mas no entanto nunca respondidas, com respostas à altura; são perguntas básicas efectivamente, mas nunca respondidas, com respostas à altura. Portanto, se as perguntas são básicas, o que não serão as respostas.

Já que estamos nessa maré, eu perguntava mais uma vez: se estando de acordo com este mapa, está de acordo que porventura, a capitalidade se decida por Coimbra?

É que sabe porquê, Sr. Presidente? Porque Coimbra enquanto Cidade e Concelho, como todos nós sabemos, estagnou na sua evolução. Estagnou!

Foi uma canção! Foi há não sei quantos anos e continua a ser apenas uma canção.

Estagnou na sua evolução. E como o Sr. Presidente sabe, o conceito de capitalidade, é hoje em dia, um conceito das grandes metrópoles - é ou não é?

E é que se nós aqui não dizemos claramente, que não queremos a capitalidade em Coimbra, corremos o risco de ela lá ir parar e daqui a dez anos, estarmos todos a perguntar-nos uns aos outros: se a capital é Coimbra ou Conimbriga. Era só esta pequena achega.”

Presidente da Câmara:

“Isso está bem visto. Eu tenho dito várias vezes, que acho que não devemos alimentar guerrinhas sem sentido, em relação a Coimbra e temos de ser realistas e temos de ser sérios nisto: Coimbra é uma Cidade maior do que Aveiro. Mas a esse argumento eu respondo assim: Coimbra tem cento e dez mil habitantes, suponhamos. Mas Aveiro e Ílhavo, têm cento e dez mil habitantes (os dois juntos). Ou seja, e se nós virmos todo o Distrito de Aveiro, a indústria está cá, temos muito mais riqueza. Portanto eu digo: o poder burocrático, deve estar, deve acompanhar, o poder económico e não o contrário. Não devem ser as empresas a ir ter com a burocracia a Coimbra, deve ser o contrário. Porque Coimbra já tem muitos serviços. Agora esta tese tem limites e nós não podemos dizer isto de uma forma inconsequente, porque é evidente que vão-nos dizer, que Coimbra já só lhe resta mesmo os serviços e portanto, tem de viver da burocracia. Se nós lhe retiramos essa burocracia estamos a dar mais uma “machada” no desenvolvimento de Coimbra.

Portanto (acho que é aí que o Dr. Candal, dizia e bem), eu penso que a democracia vai resolver e espero que impere alguma sensatez nessas escolhas, porque há soluções mais complexas. A democracia é uma coisa complexa, mas pode chegar-se a um acordo sobre uma distribuição equilibrada dos Centros de Poder Regional. E portanto, em vez de alimentarmos uma guerra aí, acho que havia vantagem.”

Presidente da Mesa:

“Bem, eu queria dizer aos Srs. Deputados, que se este debate continua prejudica a discussão essencial e séria do ponto da ordem de trabalhos - a Pateira de Requeixo.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“A discussão não sai prejudicada; primeiro, nós já afirmamos a nossa posição de não retirar nenhum dos documentos e portanto, eles serão votados.

Agora, é só o seguinte Sr. Presidente: é que não é de agora, que a indústria e o tecido produtivo, estão maioritariamente concentrados no Distrito de Aveiro. E não é de agora, também, que se produziu claramente o afastamento da burocracia dessa mesma indústria.

O que é que o leva a pensar, obviamente que eu não estou aqui a imputar responsabilidades, mas agora o que é que o leva a pensar, que com a Regionalização o senhor consegue: primeiro, aproximar essa burocracia; segundo diminui-la. Porque é uma das propostas subjacentes à Regionalização; terceiro, embaratecê-la.”

Entretanto saiu da sala a Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente. Era só para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, por me ter esclarecido a sua posição, porque havia muitos Aveirenses preocupados em saber o que pensava o Presidente da sua terra. Sr. Presidente, é verdade isto! Várias pessoas me perguntam: o que é que pensa o Presidente da Câmara? Eu não sei!

Sei o que pensa o Dr. Candal. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu sei o que pensa.

Pronto agora é um Conimbricense convicto, antes não era, paciência! Também mudou de opinião. Todos nós temos direito de mudar de opinião. Isso está tudo certo!

Mas como nós sabemos, os Aveirenses vão dar um rotundo Não a esta Regionalização. Digo-lhe Sr. Presidente, é convicção profunda do contacto com as pessoas e normalmente as sondagens andam a par. O NÃO vai ser muito superior àquilo que as sondagens dizem. Muito superior.

E V.Ex.a, não se vai sentir mal, depois de ver que a sua posição não foi respeitada pelos Aveirenses?

Presidente da Câmara:

“Eu de facto nunca escondi, Sr. Armando Vieira. Se eu estivesse preocupado com isso, os Aveirenses nunca me respeitariam! Porque eu tenho que ser fiel às minhas convicções e eu estou convicto que essa é a melhor solução para o País.

E digo-lhe mais; o que eu lamento mesmo, mas isso lamento sinceramente, acho que e voltando para acabar como comecei: acho que é uma oportunidade histórica, que podemos perder todos, porque aqui há cinco anos o PSD estava de acordo, não havia dúvidas, estava de acordo. O PP estava de acordo. O PC estava de acordo. Estavam todos de acordo.

E agora por razões de mera circunstância, esta reforma que é fundamental para o Estado, pode de facto correr algum risco.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, desculpe, (Desculpe Sr. Presidente da Assembleia) se é tão fundamental, se é uma coisa tão importante para todos nós e admite-se que possa ser; porque foi tratada tão aligeiradamente e de forma tão irresponsável?!

E deixe-me só dizer-lhe uma coisa Sr. Presidente: sabe com certeza que a opinião avalizada do Prof. Hernâni Lopes conta, e há dias ele numa entrevista ao Semanário Económico, dizia: “que a Regionalização era uma ideia velha, com quarenta anos e que teria razão de ser há quarenta anos”. Hoje não tem.

E já agora gostava que me dissessem: porque é que um escritor consagrado como Miguel Torga, diz que “Regionalizar é esquartejar o país” e porque é que Mário Soares diz que “Regionalizar é um erro colossal.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Acerca da mudança de opiniões Sr. Presidente, eu acho também que é natural que se evolua, porque eu tenho também que pôr uma adenda no seu livro “Vento Litoral”, também houve alguma evolução e não me venha dizer que há cinco anos o PSD pensava assim ou assado, porque a gente pensa e evolui. E portanto, isso é natural. Há vinte e cinco anos quando estávamos na perspectiva, de fazer uma Constituição, em que muito possivelmente havia uma ameaça do Partido Comunista para entrarmos noutra situação de poder absoluto, era natural que a Regionalização fosse defendida pelo PSD; era natural.”

Presidente da Câmara:

“Eu só queria dizer, para responder a uma farpa, só queria dizer que nasci em Aveiro, estudei em Coimbra, casei na Bairrada, tenho um primo em Viseu, vou à Feira de S. Mateus e não estou nada interessado em ser Presidente da Junta Regional.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, dá-me licença? Não está tudo respondido, não é a questão da Regionalização. É que há uma outra questão muito mais terrena e local, que é relacionada com aquilo que eu percebi aqui hoje, que vem confirmar a minha luta de muito tempo, é infelizmente constatar uma coisa que, um homem que eu considero inteligente... a forma como está a ser tratado, como está a tratar os Presidentes de Junta. V.Ex.a hoje, com esta questão de Requeixo, provou-se aqui uma vez mais, que nós estamos a ser desrespeitados.

Sr. Vereador, evita de dizer isso, evita de estar com gestos, a verdade é essa. É secretismos.

E, eu quero perguntar ao Sr. Presidente, porque nós temos cabeça para pensar! Os senhores pensam é que não, está a perceber? Mas nós temos cabeça para pensar.

Ó Sr. Presidente, eu sei! Eu conheço as reacções das pessoas mesmo quando não abrem a boca. Eu sei ver a mudança das pessoas, a mudança de atitudes.

O Sr. Vereador Eduardo Feio, está ali a acenar com a cabeça, mas o Sr. Eduardo Feio, quando era Vereador da oposição, era uma pessoa totalmente diferente que é hoje, meus senhores! Até a falar para os funcionários. Tenho dito.

Mas, Sr. Presidente, o que eu queria que me respondesse: é porque é que nós não somos ouvidos na formulação das propostas para PIDDAC?”

Presidente da Câmara:

“Sr. Armando Vieira, como sabe, amanhã mesmo está marcada uma reunião com os Presidentes de Junta, para conversarmos, para justamente nos dizerem quais são as vossas prioridades, tendo em vista a elaboração do Plano de Actividades. Vamos respeitar em absoluto.”

Vereador Eduardo Feio:

“Bem, se me permitem então e eu vou ser muito rápido, porque fui citado e tenho que dizer ao Sr. Armando Vieira - Presidente da Junta de Oliveirinha, que com a sua demagogia que já vai sendo habitual, foi muito pouco simpático, porque disse uma inverdade, que me ofendeu. Porque o meu comportamento enquanto Vereador da posição, está a ser exactamente o mesmo que tenho tido até este momento. E quero que isso se clarifique. É óbvio, com atribuições e competências e capacidade de intervenção perfeitamente diferentes, mas a minha postura pessoal e política é a mesma.

E quero dizer isto olhos nos olhos, ao Sr. Armando Vieira, para não vir a ouvir estas coisinhas por aí ou por acolá. Só lhe quero dizer isto e espero que este assunto fique terminado.

Porque no dia em que o meu comportamento seja diferente, eu próprio vou assumir, porque também eu posso mudar de opinião, também posso mudar de comportamento e sou capaz perfeitamente de assumir os meus actos.

Portanto, Sr. Presidente da Junta de Oliveirinha - Armando Vieira: quando falar da minha pessoa, assim como espero que fale de mim, como eu falo de si. Isto e mais nada.”

Vogal Armando Vieira:

“Eu quero dizer ao Sr. Vereador Eduardo Feio, também na cara, que não é pelo simples facto de ele ter reagido e de me chamar “demagogo”, que eu não sou. Como sabe tenho consideração por si e não retiro uma palavra daquilo que disse e não o ofendi; até porque como sabe tenho muita consideração por si. Mas sabe, eu também sou uma pessoa que convive com as pessoas e vejo.

Todos nós temos comportamentos, muitas vezes, que não correspondem aquilo que era antes. Todos nós! Eu também. E isso é uma ofensa Sr. Vereador? De modo nenhum! Agora V.Ex.a vai-me fazer um favor, porque antes quando o senhor era Vereador da oposição, muitas vezes conversávamos sobre a forma como eram tratados os Presidentes de Junta e V.Ex.a dava-me toda a razão.

Eu tenho-o dito e já o elogiei aqui; portanto não estou a ser demagogo. Mas tenho que lhe dizer que, a postura desta Câmara com relação aos Presidentes da Junta e na parte que me toca - entristece-me, sabe.

Eu até nem vos vou incomodar, porque é assim: bem, as pessoas acham que nós somos, gente de segunda, não interessa muito ligar e então nem vos vamos incomodar.

Oh! Sr. Presidente, eu limito-me a escrever uns ofícios, que a maior parte deles não têm resposta, mas pronto, vou andando. Quando V.Ex.a me diz assim: “venha aqui para falar comigo”. Eu vou humildemente.

Agora, não pense que... eu estou aqui a representar o Povo da minha terra e não pense que mudo de opinião por “dá cá aquela palha”; não o ofendi. Mantenho o que disse e quando quiser falamos em privado sobre isso.”

Entretanto saíram da sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa e José Augusto Fernandes Júnior.

Presidente da Mesa:

“Bem, já que estamos a defender a honra e o Sr. Armando Vieira há bocado disse que eu me tinha tornado Conimbricense.

Devo dizer o seguinte: houve realmente evolução no meu pensamento, é isto! Eu pensava que Aveiro, vinha sendo afectado por um sentido suserano de Coimbra, em relação à nossa região; deixei de me preocupar muito com isso, porque é uma abstracção, é uma postura, é um estado de espirito e passei a estar muito mais preocupado com o sentido imperialista do Porto, em relação a Aveiro.

É esta a evolução do meu pensamento e da minha postura. Mas não sou senão..., em “istas” sou Aveirista, não sou Coimbrista.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, se me dá licença, gostávamos de dizer, que tivemos muito gosto em ceder parte desta discussão, a esta afirmação, digamos que de convicções por parte do Sr. Presidente da Câmara de Aveiro, uma vez que ela lhe é negada nos órgãos a que provavelmente teria direito, de comunicação social, como a televisão.

Onde não estive hoje e onde todos de certo teríamos tido orgulho em vê-lo a representar e a defender uma das autarquias envolvidas, na futura Região da Beira Litoral (não tivemos menos orgulho em vê-lo a si, Dr. Carlos Candal, obviamente).

Mas gostava de dizer também que, em matéria de Regionalização, mais uma vez estamos perfeitamente tranquilos. Cada um tem os seus argumentos, cada um tem as suas convicções e no final o povo votará e dará a sua expressão última. E para além disso, só dizer que, estou perfeitamente convencido que “quem ri por último, ri melhor”. Muito obrigado.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a Moção A apresentada pela bancada do PP, tendo a mesma sido aprovada por maioria de vinte e sete votos a favor (9PS+7PSD+10PP+1PCP) e uma abstenção (1PS).

Vogal António Salavessa:

“ Sr. Presidente, dá-me licença. É só uma questão técnica e se me permite alterar as duas últimas palavras, por uma razão técnica não é de facto uma “zona húmida”, é mais do que isso. Portanto eu substituía “zona húmida” por “acidente natural.”

A seguir o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a Moção B apresentada pela bancada do Partido Comunista Português, tendo a mesma sido aprovada por maioria de vinte e dois votos a favor (10PS+7PSD+4PP+1PCP) e seis abstenções (6PP).

De imediato foi colocada também à votação, a recomendação à Câmara apresentada pela bancada do PP, tendo a mesma sido aprovada por maioria de dezassete votos a favor (10PP+7PSD) e onze abstenções (10PS+1PCP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É só para afirmar que esta bancada, votará positivamente, sempre, tudo aquilo que tiver em consideração o bem da Região de Aveiro, independentemente de qual seja a bancada de onde vem essa proposta, porque o maior interesse desta região é o desenvolvimento, é o engrandecimento do nosso Concelho.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Obviamente para dizer que, votamos a favor esta Recomendação e esta Moção, apenas e só, porque aqui estivemos exercendo o nosso dever como eleitos locais e porque se viveu Aveiro, vivendo a Pateira de Requeixo.”

Vogal Filipe Brandão:

“Votamos favoravelmente as Moções que aqui nos foram trazidas, porquanto entendemos que através dela também se cumpre e se ganha Aveiro.

Abstivemo-nos, quanto à Recomendação, porquanto da discussão resultou que esta Recomendação ficaria inclusive aquém da acção desenvolvida pela Associação de Municípios da Ria e, portanto, em nosso entender, não faz sentido uma Recomendação quando a própria acção vai para além da recomendação.

Ao contrário de outros, não falo para os jornalistas, por isso é que as minhas intervenções se forem ver à acta e gravações, é um esclarecimento e uma resposta directa, à minha interpelação.

Ao contrário de outros não costumo falar mais de três minutos, o que creio é reconhecido por todos os Membros desta Assembleia.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido a aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária do mês de Setembro.

Eram 01:30 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.